
Introdução de relato de sustentabilidade na Infraspark

Miguel de Jorge Carvalho

Relatório de estágio

Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Orientado por:

Professor Doutor Tiago Branco Andrade

Professor Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco

2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar, começo por agradecer ao Professor Doutor Tiago Branco Andrade e ao Professor Doutor Manuel Castelo Branco, pela disponibilidade, incentivo e sabedoria ao longo deste mestrado, pois sem os seus conhecimentos e orientações não teria sido possível a realização deste estágio numa empresa que contribuiu para a minha evolução académica e pessoal, alargando os meus horizontes e fornecendo uma perspetiva mais aprofundada do que é a sustentabilidade empresarial e a sua importância.

Agradeço também a todos os membros da Infraspark envolvidos no meu estágio, principalmente ao Luís Machado por ser meu orientador e também à *Finance Team* pela sua disponibilidade em ajudarem no que fosse preciso.

À minha família por acreditarem sempre em mim e por me apoiarem incondicionalmente na minha vida pessoal e académica.

Por fim, mas não menos importante a todos os amigos que criei ao longos destes anos, que por mais que nos “víssemos apertados” com avaliações havia sempre espaço para um café e boa disposição.

Resumo

As empresas são muito mais do que um espaço para gerar riqueza e emprego. Mais do que nunca, as organizações têm um papel preponderante na sociedade e, portanto, devem ter no seu *core* a responsabilidade social e o foco no desenvolvimento da comunidade. Assim, questões sociais e ambientais são cada vez mais recorrentes ao nível de gestão empresarial e o facto de as organizações debruçarem-se sobre estas questões, criam valor empresarial e possibilitam novas oportunidades de negócio.

Com isto, tornou-se essencial que as empresas comesçassem a enveredar pela temática da sustentabilidade e mostrar ações em prol da mesma. Assim, o relato de sustentabilidade tem-se tornado uma prática cada vez mais importante, embora ainda seja voluntária para algumas empresas. Este tipo de relato melhora a reputação das empresas, ajuda a construir lealdade e confiança, fornece uma vantagem competitiva, melhora o desempenho da empresa e é um instrumento de *marketing*. Portanto, é do interesse da Infraspark - entidade acolhedora para a realização do estágio curricular – integrar na sua atividade a sustentabilidade e relatar aos seus *stakeholders* a sua pegada ecológica e planos de ação para mitigar eventuais impactos ambientais, económicos e sociais.

Apesar de ainda estar a dar os primeiros passos no relato de informações não-financeiras, a Infraspark acredita que o seu impacto a longo prazo passa pela sustentabilidade empresarial e que esta tem de estar sempre presente no seu *core*. Assim, incorporar no seu modelo de negócio princípios de sustentabilidade é uma prioridade, dado que, é uma ação importante para se manter competitiva no mercado.

Este estágio tem vários objetivos. O primeiro e principal objetivo é elaborar uma secção dedicada à sustentabilidade ambiental e socioeconómica da empresa para que possa ser incorporado no relatório & contas 2021 e perceber quais são os conteúdos de sustentabilidade aplicáveis ao caso da organização fazendo uso das normas GRI. O segundo objetivo, que é uma continuação do primeiro e, portanto, dos conteúdos que foram relatados, é identificar os respetivos índices de *performance* e apresentar os dados estatísticos que comprovem a importância dos tópicos materiais selecionados na análise de materialidade. Sendo a Infraspark uma empresa de *software*, torna desafiante e interessante perceber onde é que esta possa ter um maior impacto, visto que esta opera no mundo digital.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Desenvolvimento da comunidade; Sustentabilidade; Relatos de Sustentabilidade; sustentabilidade empresarial; mundo digital.

Abstract

Companies are much more than a place to generate wealth and employment. More than ever, organizations have a leading role in society and, therefore, should have social responsibility and focus on community development. Thus, social and environmental issues are increasingly recurrent at the business management level, and the fact that organizations address these issues creates corporate value and enables new business opportunities.

With this, it has become essential that companies begin to embrace sustainability and show actions towards it. Thus, sustainability reporting has become an increasingly important practice, although it is still voluntary for some companies. This type of reporting enhances companies reputations, helps build loyalty and trust, provides a competitive advantage, improves company performance, and is a marketing tool. Therefore, it is in the interest of Infraspak - the host entity for the academic internship - to integrate sustainability in its activity and report to its stakeholders its ecological footprint and action plans to mitigate possible environmental, economic and social impacts.

Although Infraspak is still taking its first steps in the reporting of non-financial information, it believes that its long-term impact involves corporate sustainability and that this must always be present in its core business. Thus, incorporating sustainability principles into its business model is a priority, since it is an important action to remain competitive in the market.

This internship has several objectives. The first and main objective is to elaborate a section dedicated to the environmental and socio-economic sustainability of the company so that it can be incorporated in the 2021 Annual Report & Accounts and to understand which are the sustainability contents applicable to the case of the organization making use of the GRI standards. The second objective, which is a continuation of the first and therefore of the contents that have been reported, is to identify the respective performance indices and present statistical data that prove the importance of the material topics selected in the materiality analysis. Since Infraspak is a software company, it is challenging and interesting to understand where it can have a greater impact, since it operates in the digital world.

Keywords: Social Responsibility; Community Development; Sustainability; Sustainability Reports; Corporate Sustainability; Digital World.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de siglas e abreviaturas.....	vi
Índice de Tabelas	vii
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Gráficos	ix
Introdução	1
Enquadramento geral.....	1
Entidade de acolhimento.....	3
Objetivos e questões de investigação	4
Estrutura do relatório	5
Revisão de Literatura.....	6
Evolução Cronológica da RSE.....	6
Conceito de Sustentabilidade Empresarial	8
Relato empresarial e RSE	11
Regulação aplicada à informação não-financeira.....	15
Estruturas de relato de sustentabilidade	16
Metodologia.....	20
Resultados e Análise.....	21
GRI 102 – Conteúdos Gerais.....	23
GRI 200 – Divulgações Económicas	35
GRI 300 – Divulgações Ambientais.....	37
GRI 400 – Divulgações Sociais	40
Discussão e Conclusão	43
Referencias bibliográficas	47

Anexos.....	52
-------------	----

Índice de siglas e abreviaturas

AVAC – Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado

CDP – *Carbon Disclosure Project*

CDSB – *Climate Disclosure Standards Board*

CEO – *Chief Executive Officer*

CERES – *Coalition for Environmental Responsible Economies*

COP – *Communication on Progress*

CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*

CTO – *Chief Technology Officer*

CMMS – *Computerized maintenance management system*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

GRI – *Global Reporting Initiative*

GSSB – *Global Sustainability Standards Board*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *international financial reporting standards*

IRRC – *International Integrated Reporting Council*

IMMP – *Intelligent maintenance management platform*

KPI – *Key performance indicator*

NFRD – *Non-Financial Report Directive*

NSRS – *Nordic Sustainability Reporting Standards*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PME – Pequenas Médias Empresas

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

RC – Relatório & Contas

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

TCFD – *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

UNEP – *United Nations Environmental Programme*

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tipos de relatos e suas características.....	11
Tabela 2 - Idade dos colaboradores.....	24
Tabela 3 - Género dos colaboradores	24
Tabela 4 - Idade dos colaboradores do sexo feminino	24
Tabela 5- Idade dos colaboradores do sexo masculino.....	25
Tabela 6 - Canais de comunicação	29
Tabela 7 - Análise de Materialidade.....	32
Tabela 8 - Valor económico direto gerado e distribuído	35
Tabela 9 - Emissões indiretas upstream e downstram	39
Tabela 10 - Entrada e saída de colaboradores em 2021 e 2020.....	40
Tabela 11 - Diversidade de nacionalidades na Infraspak	41
Tabela 12 - Diversidade de género no conselho de administração	42

Índice de Figuras

Figura 2 - Logotipo Infraspark	3
Figura 1 - Evolução gradual da RSE	7
Figura 3 - Modelo educativo referente ao método de como incorporar os princípios do PG- ONU	10
Figura 4 - Estatísticas do relato de sustentabilidade da GRI	17
Figura 5 - Normas Universais e Específicas da GRI.....	19
Figura 6 - Estrutura hierárquica da Infraspark.....	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Variação salarial anual	27
Gráfico 2 - Variação salarial mensal	27

Introdução

Enquadramento geral

O presente trabalho corresponde ao relatório para obtenção do grau de mestre do Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente efetuado no âmbito do estágio curricular realizado na Infraspark, no departamento de *Enablement*, mais especificamente, na *Finance team*. Este, ocorreu durante o letivo 2021/2022. No decorrer deste relatório serão abordadas todas as atividades realizadas durante o período do estágio na Infraspark, desde a análise das normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) até à recolha e integração da informação não-financeira no relatório & Contas (RC) 2021 da Infraspark.

Nos últimos anos, a responsabilidade social empresarial (RSE) tem ganho uma notoriedade bastante pertinente e não é só vista como um fio condutor para oportunidades de negócio, mas também como parte da estratégia empresarial. Além disso, é levada como uma reflexão das expectativas dos *stakeholders* que são tidas em consideração e estão intrinsecamente ligadas ao sucesso, competitividade e sustentabilidade das organizações (Dey et al., 2018; Rodriguez-Gomez et al., 2020).

A crescente importância que a RSE tem ganho ao longo dos anos leva a que as empresas comuniquem aos seus *stakeholders* o impacto das suas atividades. Atualmente, uma das definições mais aceites e mais completas de RSE surge na ISO 26000. A ISO 26000 é uma norma que providencia orientações que promovem uma boa RSE. Segundo a ISO 26000, a RSE pode ser definida como a responsabilidade que as empresas têm por todos os seus impactos quer seja a nível social ou ambiental, e que se rejam por um correto, transparente e exemplar comportamento ético (Valmohammadi, 2014). Enquanto que o conceito de RSE evolui, o objetivo comum a todas as empresas é prevalecerem nos mercados a longo prazo, assim sendo, uma empresa que implemente um bom modelo de RSE e adote estratégias sustentáveis responderá a este objetivo (ElAlfy et al., 2020).

O que comprova que a RSE é algo que as empresas devem integrar na sua atividade e não ser vista como algo externo à mesma é a diretiva 2014/95/EU, criada pela União Europeia que obriga a maioria das empresas europeias a relatarem informações não financeiras. Isto, conduz a uma inclusão da sustentabilidade nas empresas e a uma simetria e transparência da comunicação de informação relativa à sustentabilidade (Jackson et al., 2020). Além das grandes empresas que têm esta obrigatoriedade e responsabilidade em relatar os seus

impactes no que toca ao âmbito da sustentabilidade, cada vez mais, as pequenas e médias empresas (PME) reconhecem os impactes que podem ter nesta matéria e, portanto, apesar da não obrigatoriedade começam desde cedo a enveredar nesta temática e a relatar os seus impactes pois assim, irão posicionar-se no mercado como uma empresa responsável (Moravcikova et al., 2015). Apesar disto, uma das barreiras que impossibilita as PME a investirem mais neste âmbito da sustentabilidade é precisamente a falta de recursos, o tempo e o conhecimento necessário para apostarem verdadeiramente nesta área, ao contrário das grandes empresas que têm capacidade económica para o fazer (Dey et al., 2018).

Existem várias vias de comunicação que as organizações usam para divulgar os seus impactes ambientais e socioeconómicos. Tome-se como exemplo, os *sites* da empresa, o uso dos media, tais como a televisão e a restante imprensa, a realização de eventos empresariais abertas ao público e a elaboração de relatos que posteriormente são divulgados às partes interessadas (Birth et al., 2008).

Entidade de acolhimento

A Infraspeak é uma empresa multinacional de tecnologia que surgiu em 2015 quando Luís Martins (CTO) e Felipe Ávila da Costa (CEO) juntam-se e decidem criar um *software* de gestão de manutenção. Assim, nasce a plataforma “*Infraspeak*” que é uma *Intelligent maintenance management platform* (IMMP) ou, em português - plataforma inteligente de gestão de manutenção - que atua em várias indústrias no âmbito da manutenção e gestão de instalações. Esta permite aos seus utilizadores obterem um controlo operacional total enquanto constroem uma solução personalizada para as suas necessidades. A empresa nos últimos seis anos expandiu os seus escritórios de Portugal (sede) para três países adicionais, nomeadamente Reino Unido, Espanha e Brasil. Enquanto procedia à sua expansão também coletou clientes em dezoito países em quatro continentes.

A solução proposta pela Infraspeak, já é aceite e validada por clientes de várias áreas distintas. Clientes de PME a grandes empresas, de localizações geográficas distintas (da Europa à América do Sul, e da África à Ásia), desde hotelaria à gestão de instalações, de AVAC ao retalho, centros comerciais, aeroportos entre outras indústrias.

A Infraspeak com a sua plataforma, foi capaz de ir mais além e quebrar o tradicional *Computerized Maintenance Management System* (CMMS) e ao providenciar uma plataforma mais inteligente e inovadora irá alterar toda a dinâmica do mercado através da solução “*Infraspeak Network*”.

O foco da Infraspeak centra-se na simplicidade e esta serve como meio para uma melhor qualidade de vida e qualidade no trabalho. Assim, a filosofia do produto passa por continuar a automatizar, acelerar e simplificar todos os processos dos seus clientes e agilizar a transmissão e consulta de informações. Com isto, e vivendo atualmente numa era digital a Infraspeak pretende eliminar o uso de papel e os custos de tempo dedicados às tarefas administrativas, que não contribuem para o sucesso dos seus clientes.

Por fim, a missão da empresa é que o seu produto e todas as suas ações sejam uma fonte de qualidade de vida para os seus clientes, colaboradores, acionistas e restantes *stakeholders*.

Figura 1 - Logotipo Infraspeak



Objetivos e questões de investigação

Como já foi possível observar anteriormente neste relatório, pode-se afirmar que a RSE é um tema fundamental nos dias de hoje e, portanto, é do interesse de qualquer empresa se posicionar no mercado como um exemplo a seguir de uma organização dotada de uma excelente RSE.

Atualmente a digitalização é uma das principais tendências que mudam a sociedade e os negócios a curto e longo prazo. O ambiente, a saúde, entre outras áreas, são impactadas e dependem das capacidades tecnológicas e das suas inovações. Hoje em dia, a grande maioria das novidades tecnológicas já aparecem não só para melhorar a qualidade dos processos para ao qual foi desenvolvida, mas também para melhorar o ambiente e a qualidade de vida (Feroz et al., 2021).

Observa-se que o mundo caminha nesta direção e no caso português, tome-se como exemplo o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que irá implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá o país retomar o seu crescimento económico de maneira sustentável e para isso das três dimensões que tem, uma delas é precisamente a transição digital que permitirá as empresas investirem mais no mundo *online*. Com isto, é indiscutível que o mundo digital está em constante expansão e o futuro será cada vez mais digital (PRR, n.d.).

O facto de a Infraspark atuar no ramo digital e o estágio estar relacionado com a RSE e a recolha de informação não-financeira da empresa, torna-se desafiante e curioso perceber, que tipo de impacte ambiental e socioeconómico tem uma empresa desta indústria. Assim, foram definidas questões de investigação, de forma a complementar o relatório e a acrescentar conhecimento sobre o assunto. Posto isto, foram formuladas as seguintes questões:

Q1: Quais são os temas ou tópicos de sustentabilidade que devem ser inseridos na análise de materialidade no caso da Infraspark?

Q2: Quais são os indicadores de *performance* a serem utilizados para responder à análise de materialidade e como é feito a sua monitorização?

Estrutura do relatório

Para além da introdução, este trabalho está dividido em 5 secções. A secção 2, apresenta o início da revisão de literatura para este tema de trabalho onde se aborda a evolução cronológica registada da RSE e como é que esta gradualmente passa de algo com pouca importância até ser implementada na estratégia empresarial e vista como uma ferramenta fundamental para alcançar o sucesso empresarial a longo prazo; é abordado o conceito da sustentabilidade empresarial e as ações e esforços internacionais que reforçam a sustentabilidade e consequentemente a RSE; de seguida, evidencia-se os vários métodos de comunicação que podem ser usados pelas empresas para comunicar a RSE e aborda mais em detalhe os três tipos de relato empresariais (relato financeiro, relato de sustentabilidade e relato integrado); é também descrito o enquadramento legal aplicado na Europa e em Portugal relativamente à esfera da sustentabilidade nas empresas; é apresentado as várias estruturas que as organizações podem aplicar para relatar a sua *performance* relativa à sustentabilidade com especial enfoque nas diretrizes da GRI. Na secção 3 é exposta a metodologia e o plano de trabalhos utilizado para a realização deste trabalho. Na secção 4, é descrito os resultados obtidos e é feita a sua análise. Por fim, no capítulo 5 é exposto as conclusões deste trabalho, as respostas às perguntas de investigações e as limitações e oportunidades de melhoria encontradas durante o estágio.

Revisão de Literatura

Evolução Cronológica da RSE

O conceito RSE sempre foi um conceito muito complexo, bastante debatido e ainda hoje não existe um consenso relativo a uma definição que seja amplamente aceite (Latapí Agudelo et al., 2019; Rodriguez-Gomez et al., 2020). O surgimento do conceito de RSE pode ter ocorrido no século XIX durante a revolução industrial quando alguns conflitos laborais e a produção em massa conduziram a uma série de problemas sociais e, portanto, as empresas tiveram de tomar medidas para solucionar estas desavenças (Rodriguez-Gomez et al., 2020). No entanto, há autores que afirmam que o conceito de RSE pode também ter sido criado no final da década de 1930, embora não muito explícito. Assim, esperava-se que na altura, as empresas cumprissem pelo menos os requisitos legais que lhes competiam (Rodriguez-Gomez et al., 2020).

Mais tarde, no final da década de 1940 e durante as décadas de 1950 e 1960, a ambição desmedida das empresas e a luta pela vantagem competitiva, levou às organizações a instaurarem um modelo de negócio baseado na maximização do lucro e na autorregulação dos mercados que, consequentemente, estas ações revelaram violações dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores. Assim, surgiu uma pressão social para que as empresas direcionassem ações relativamente a aspetos sociais e, além disso, surge em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Gomez-Carrasco et al., 2016).

A década de 1970 foi marcada por uma grave crise económica que fez com que emergissem movimentos sociais para a introdução dos direitos das mulheres, dos direitos dos consumidores, preocupações ambientais, entre outras apreensões no seio das empresas e na forma de como estas atuavam perante estes assuntos (Carroll & Shabana, 2010).

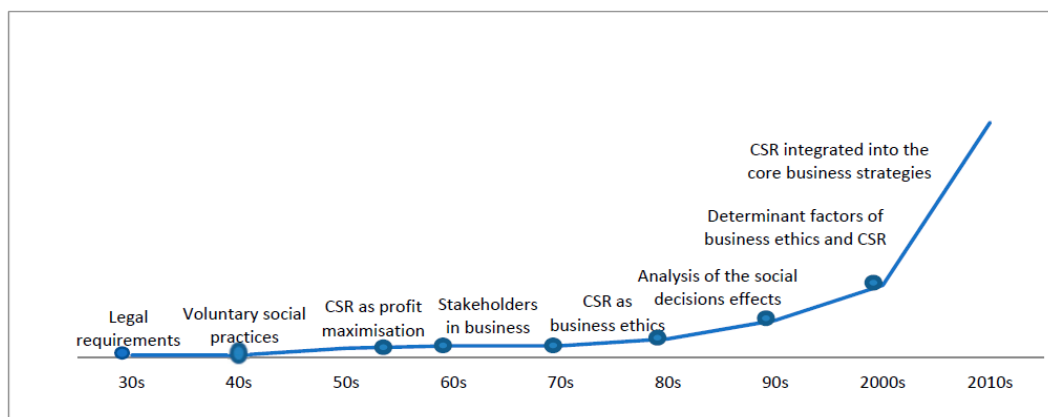
Nas décadas de 1980 e 1990 as preocupações das empresas direcionaram-se para o impacto das ações humanas, uma vez que, já começava a existir a perceção de que estas estão também inseridas na sociedade e que também provocam impactes a nível ambiental e social. Nestes anos, o grande propósito da RSE era melhorar a imagem e a reputação das empresas para que pudessem obter legitimidade e aceitação por parte da sociedade para poder operar e desenvolver os seus negócios (Carroll, 2016).

Finalmente, na década de 2000, a globalização dos mercados fez com que a RSE fosse um ponto de partida fundamental para que as empresas não só obtivessem uma vantagem

competitiva, como também permitiu tornar as organizações mais eficientes na gestão de recursos e na formulação de políticas empresariais fundamentais para a inovação de várias áreas com especial enfoque na área do ambiente, só assim estas teriam impacte nos *stakeholders* e seriam sustentáveis a longo prazo (Rodriguez-Gomez et al., 2020).

Na figura 1, é possível observar-se a gradual evolução do conceito de RSE e como esta ganhou cada vez mais importância desde a década de 1930 até à atualidade.

Figura 2 - Evolução gradual da RSE



Fonte: Rodriguez-Gomez et al., (2020, p.4)

Conceito de Sustentabilidade Empresarial

Quando se aborda o conceito de sustentabilidade empresarial, está intrinsecamente ligado a temática da RSE. Segundo Dyllick & Hockerts, (2017, p.131) a sustentabilidade empresarial pode ser definida como:

“a procura por satisfazer as necessidades dos stakeholders diretos e indiretos de uma empresa (tais como shareholders, colaboradores, clientes, grupos interessados, comunidade) sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades de futuros stakeholders”.

Esta definição, aliada ao conceito de RSE, significa que uma empresa deve ser economicamente viável, deve minimizar os seus impactes ambientais e agir de acordo com as expectativas da sociedade e assim será uma organização sustentável. Forma-se assim o *triple-bottom line* composto por estas três dimensões que se influenciam mutuamente e impactam a curto e longo prazo. Portanto, é importante o equilíbrio destes três pilares para garantir a sustentabilidade e o sucesso de uma empresa a longo prazo (Dyllick & Hockerts, 2017).

O conceito de sustentabilidade empresarial, tem sido uma temática cada vez mais presente na estratégia de negócio das empresas e tem ganho muita atenção nas ultimas décadas pelas organizações e pela política, uma vez que, estes reconhecem que o facto de as empresas prevalecerem no mercado a longo prazo, é uma forma que estas têm de contribuir para o combate de problemas globais como as alterações climáticas e a pobreza (Meuer et al., 2020).

Este interesse pela sustentabilidade, deve-se ao facto de atualmente já existir consciência relativamente ao impacto que as empresas possam ter na sociedade e no ambiente e, portanto, as organizações têm tendência a reduzir a sua pegada ecológica e alinhar os seus valores com diretrizes relevantes como as diretrizes da GRI (que irão ser abordadas em detalhe mais à frente neste relatório), com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), Acordo de Paris, Princípios do Equador, Pacto Global das Nações unidas, entre outras iniciativas que promovem a sustentabilidade e a RSE (Meuer et al., 2020).

Os ODS surgiram em 2015 como parte da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável que contribuem para a preocupação global relativo à sustentabilidade. Como já referido, sendo as empresas parte da sociedade e que têm um papel ativo na mesma e sendo estes objetivos globalmente apoiados pelos governos e pela sociedade, é do interesse das organizações, interiorizar no seu modelo de negócios os ODS e, assim, estas assumirem uma

visão a longo prazo, na medida em que, redirecionam investimentos para maximizar oportunidades de negócio e criar valor no âmbito do desenvolvimento sustentável (ElAlfy et al., 2020).

Composto por 17 objetivos e 169 metas, com vista a erradicar a fome, pobreza, trazer prosperidade ambiental, inclusão social, paz, justiça, entre outros objetivos, estes já são adotados pelos 193 estados membros da ONU (Setó-Pamies & Papaoikonomou, 2020; United Nations, 2015).

O Acordo de Paris, foi assinado em 2015 e é o primeiro acordo internacional que remete atenção para o combate às alterações climáticas. O seu principal objetivo é limitar o aquecimento global a um valor abaixo dos 2° C, de preferência limitar a 1,5°C (em relação aos níveis pré-industriais). Para tal, é necessário o esforço de todas as entidades e países, de modo que, o combate ao rápido aquecimento global abrande e por isso, é imprescindível implementar medidas que encorajem os países a transitarem para tecnologias inovadoras e menos nefastas ao ambiente e apliquem medidas de mitigação das emissões emitidas para atmosfera, através da adoção de instrumentos de política ambiental. Este acordo foi uma motivação e um reforço para a União Europeia e funcionou com uma alavancagem para esta atingir a neutralidade carbónica até 2050 (Conselho Europeu, 2022).

Os Princípios do Equador são outra iniciativa que enriquecem também a esfera da sustentabilidade e da RSE. São adotados por organizações financeiras a nível internacional, especialmente em mercados emergentes, e que têm como objetivo garantir boas práticas ambientais e sociais. São procedimentos voluntários que as instituições financeiras, ao regerem-se por estes, tornam-se capazes de determinar, avaliar e gerir o risco ambiental e social associado aos projetos empresariais. Assim, cria-se, portanto, uma simbiose entre finanças sustentáveis e crescimento empresarial responsável (Leipziger, 2019; Scholtens & Dam, 2007)

O Pacto Global das Nações Unidas, conhecido por PG-ONU, é um pacto composto por dez princípios que estimulam as organizações a serem mais responsáveis em quatro áreas específicas:

- direitos humanos: Em todas as circunstâncias, os direitos humanos devem ser preservados e respeitados. É da responsabilidade da entidade garantir que não existe uma violação destes direitos.

- trabalho: As organizações devem defender a liberdade de associação de qualquer colaborador, abolir trabalhos forçados, infantil e eliminar qualquer tipo de discriminação.
- meio ambiente: As empresas devem apostar em tecnologias limpas e inovadoras e devem promover iniciativas que combatam problemas ambientais e serem dotadas de uma excelente responsabilidade ambiental.
- combate à corrupção: Qualquer forma de suborno ou corrupção deverá ser repudiado e reportado.

Esta iniciativa é de caráter voluntário que promove o desenvolvimento sustentável, e as entidades que adotem este pacto, devem direcionar ações que as comprometa com estes princípios e, portanto, estes terão de fazer parte da estratégia empresarial. Anualmente, as organizações devem comunicar às partes interessadas as ações que executaram em prol deste pacto, criando assim um documento chamado de “*Communication on Progress*” (COP) (Branco & Baptista, 2015; UN Global Compact, 2014).

Após o compromisso com o PG-ONU, as empresas devem avaliar riscos e oportunidades onde podem atuar, definir ações e objetivos, de seguida implementar as estratégias e políticas, fazer uma monitorização do impacto da sua ação e por fim comunicar aos *stakeholders* os resultados obtidos, através da elaboração do COP. Na figura 3, evidencia-se um modelo simples e resumido relativo à forma de como é que as empresas podem integrar na sua estratégia os princípios do PG-ONU (UN Global Compact, 2014)

Figura 3 - Modelo educativo referente ao método de como incorporar os princípios do PG-ONU



Fonte: UN Global Compact (2014, p. 12)

Relato empresarial e RSE

É importante que as empresas façam uso das ferramentas corretas de comunicação para informar os seus *stakeholders* das suas atividades. Hoje em dia, a elaboração de relatórios que relatem informações financeiras e não-financeiras é uma prática usada pelas grandes empresas multinacionais, mas também por PME. Só assim, as organizações conseguem demonstrar a eficiência do seu negócio, e melhorar a sua reputação e possibilitar novas oportunidades de negócio (Moravcikova et al., 2015).

Na Tabela 1, evidenciam-se três tipos de relato usados pelas empresas para relatarem às partes interessadas as suas informações financeiras e/ou não-financeiras: o relato financeiro; o relato de sustentabilidade; e o relato integrado.

Tabela 1 - Tipos de relatos e suas características

Tipo	Conteúdo	Público-alvo	Natureza	Período temporal
Relato financeiro	Informação financeira	Investidores	Obrigatório	Passado
Relato de sustentabilidade	Informação não-financeira	<i>Stakeholders</i>	Voluntário	Passado e Futuro
Relato integrado	Informação financeira e não-financeira	Investidores e outras partes interessadas	Voluntário	Passado

Fonte: Elaboração própria com base em Eccles & Spiesshofer (2015, p.3)

O relato financeiro, é um relato obrigatório, anual e é baseado em normas contabilísticas que relatam as demonstrações financeiras da empresa e são posteriormente revistas por empresas de auditoria externas. Estes, relatam informação sobre o passado e também se focam essencialmente no curto prazo. Independentemente da dimensão da empresa, caso esta opere na União Europeia e seja uma sociedade de responsabilidade limitada, estas são obrigadas a apresentar as suas demonstrações financeiras. Na União Europeia as entidades cotadas em bolsa, devem obedecer a um conjunto de normas internacionais de relato financeiro, ou em

inglês, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Outras sociedades de responsabilidade limitada, apesar da não obrigatoriedade de relatarem em conformidade pelas IFRS, é lhes autorizada o relato através destas mesmas normas (Comissão Europeia, 2021a).

A obrigatoriedade que as empresas têm de seguir é proveniente da diretiva 2013/34/EU também conhecida como “diretiva contabilística” que propõem normas específicas para elaboração de relatos financeiros. O principal objetivo desta diretiva é estabelecer um conjunto de regras transversais a todas empresas para que o relato seja escrito em conformidade e consequentemente seja compreendido por todos os países. (European Commission, 2022).

As IFRS são desenvolvidas pelas *International Accounting Standards Board* (IASB) que ditam pormenorizadamente como deve ser elaborado o relato. Tem como finalidade divulgar às partes interessadas, nomeadamente aos investidores, as informações necessárias para que estes possam tomar decisões ponderadas (Eccles & Spiesshofer, 2015).

O relato de sustentabilidade funciona como uma resposta e uma extensão aos relatos financeiros. Este tipo de relatos é uma prática recente. Hoje em dia, as informações não-financeiras surgem num documento independente designado relatório de sustentabilidade, no entanto, ainda é recorrente observar-se este tipo de informações nos relatórios de gestão que este está integrado no RC. Atualmente, o facto das empresas relatarem temas associados à sustentabilidade, deve-se à organização ou aos *stakeholders* considerarem que são informações necessárias a serem trabalhadas e que de alguma forma irão ter impacte na empresa (Larrinaga & Bebbington, 2021).

Observa-se cada vez mais um enorme destaque da temática da sustentabilidade no *core* das empresas sendo que esta, está incluída na cultura e no planeamento estratégico de modo a trazer valor para a organização e consequentemente alcançar uma vantagem competitiva. É fundamental que as entidades assumam uma perspetiva a longo prazo para a organização ser sustentável e não cair em tentações e pressões momentâneas. Só assim estas irão ganhar a confiança dos *stakeholders* e fortalecer mais ainda a sua posição no mercado (Gazzola et al., 2021).

O relato de sustentabilidade é transparente e da responsabilidade das organizações. É entendido como um instrumento fundamental que fornece informações não financeiras à sociedade relativamente aos processos da empresa. Este cria um elo de ligação entre a

sociedade e as organizações em que estas divulgam os seus impactes e, portanto, todas as informações relatadas devem ser válidas pois terá impacte na reputação e na imagem da empresa e, por conseguinte, estabelecerá o seu valor e posição no mercado (Leszczynska, 2012).

Este relato, detalha todas as informações relativas à esfera económica, ambiental e social da empresa, a nível interno e externo. Além disso, mantém atualizado todos os acionistas relativamente a este tipo de informação, que hoje em dia é fundamental as empresas corresponderem às expectativas da sociedade e às obrigações legais relativamente ao desenvolvimento sustentável (Leszczynska, 2012).

Apesar da crescente preocupação e do desenvolvimento de leis e regulações relativas aos relatos de sustentabilidade, estes ainda são voluntários para algumas empresas o que dificulta a comparação de relatos de diversas entidades para que se entenda as preocupações e impactes comuns num determinado setor (Eccles & Spiesshofer, 2015).

Por fim, o relato integrado pode ser visto como uma evolução e uma forma inovadora de encarar o sucesso empresarial e a forma como se elaboram relatórios (Adams, 2015). Este tipo de relato é mais do que a junção de informação financeira e não-financeira, tem também o propósito de demonstrar como é que as organizações criam valor no contexto ambiental, social e económico e interligar estas informações aos riscos e estratégias do modelo de negócio da empresa. O facto deste tipo de relato juntar informação financeira e não-financeira, isto é uma mais valia porque atualmente as decisões dos *stakeholders* baseiam-se cada vez mais na combinação destes dois tipos de informação e os custos e os riscos de não comunicar e não decidir em conformidade com esta combinação de informação aumenta (Rupley et al., 2017) .

Este relato foca a sua informação no passado, mas é dotado de uma visão de curto, médio e longo prazo pois é cada vez mais exigido pela sociedade e pelas partes interessadas a transparência, organização e responsabilidade com vista a atrair e reter novos clientes (IIRC, 2021; Maroun, 2018; Rupley et al., 2017).

O relato integrado deve ser escrito de acordo com um conjunto de normas que orientam na elaboração do relato. A norma internacional <IR> foi desenvolvida com o intuito de providenciar suporte à escrita deste relato. De acordo com IIRC (2021), os sete princípios para elaborar um correto relato integrado, passam por: 1) Ter um foco estratégico e uma

orientação para o futuro como método para gerar valor para a empresa; 2) Interligar corretamente a informação; 3) Consolidar uma boa relação com os *stakeholders*, isto é, informar como é que a organização mantém o contacto e com que regularidade o faz, para que, haja uma relação próxima e coesa e uma partilha de informação com fluidez e qualidade; 4) Materialidade. Um relato integrado deve conter os tópicos materiais que são elementos-chave no sucesso da empresa; 5) Um relato integrado deve ser breve e claro, dotado de informação concisa; 6) Deve ser fiável e deve conter tanto os pontos positivos e negativos para a empresa; 7) Deve ser coerente e comparável. Estes relatos devem ser elaborados anualmente para que se crie um histórico e que se possa evidenciar a evolução da empresa e para que seja possível a comparação com outras organizações do mesmo setor com o intuito de melhorar e criar valor.

Regulação aplicada à informação não-financeira

Como já foi evidenciado acima, as preocupações ambientais e sociais têm sido um tópico muito presente no *core* das empresas e na sociedade em geral. A necessidade de adotar um comportamento transparente e identificar, divulgar e avaliar informações de caráter sustentável, é cada vez maior e mais praticado pelas organizações, uma vez que, a transparência conduz à redução de custos e à melhoria da *performance* empresarial. Posto isto, com vista a harmonizar esta informação e promover a sustentabilidade e criar valor para as empresas, o Parlamento Europeu elaborou a Diretiva 2014/95/UE (NFRD) que altera a Diretiva 2013/34/UE que define que as grandes empresas devem divulgar informação do âmbito ambiental, económico e social, proteção dos direitos humanos e combate à corrupção e suborno (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014).

Posteriormente, esta diretiva foi transposta para o Decreto-Lei n.º 89/2017 que afirma que qualquer empresa de interesse público que exceda 500 colaboradores deve elaborar um relato de sustentabilidade onde apresente os seus impactes, riscos e oportunidades de melhoria (Diário da República, 2017; Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014).

Este Decreto-Lei não abrange PME, no entanto é cada vez mais comum estas divulgarem na mesma esta informação apesar do seu caráter facultativo, uma vez que, é uma forma de criar valor, reputação e melhores oportunidades de negócio (Borga et al., 2009).

O mais recente desenvolvimento, no enquadramento legal relativo à informação não-financeira, surge a 21 de abril de 2021, com a formulação da proposta de *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) que elucida de forma mais eficaz os *stakeholders* sobre este tipo de informações e consequentemente irá traduzir-se em investimentos em tecnologias limpas, criar valor empresarial e conduzir à neutralidade carbónica da Europa até 2050. Além disso, alarga o foco da obrigatoriedade de reportar informações não-financeiras a grandes empresas cotadas em bolsa ou não e a PME cotadas em bolsa; exige a auditoria destas informações com o intuito de avaliar a fiabilidade da informação; inclui mais requisitos e detalhes a serem seguidos para as empresas relatarem em conformidade e requisita que toda esta informação esteja em formato digital para que possa ser facilmente acedida através do “ponto de acesso único Europeu” (Comissão Europeia, 2021b).

Estruturas de relato de sustentabilidade

Em 1989 quando ocorreu o derrame de petróleo do navio Exxon Valdez, fez com que houvesse um alerta internacional para os danos ambientais que as organizações pudessem causar. Este impacto ambiental poderá ter sido o ponto de partida para a elaboração de relatos de sustentabilidade. O apelo para a criação de fundos para mitigar estas catástrofes e a pressão de grupos ambientais, conduziu a que fosse criada a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) que organizou um conjunto de princípios e normas específicas para os danos ambientais. Mais tarde, em 1997 a CERES em cooperação com *United Nations Environmental Programme* (UNEP) e com o instituto “Tellus” lançaram as normas GRI com o intuito de harmonizar internacionalmente normas ambientais que devem ser seguidas por todas as empresas para medirem o seu desempenho em termos de sustentabilidade e garantir a qualidade, rigor e utilidade da informação (Christofi et al., 2012; Rupley et al., 2017; Stubbs & Higgins, 2018).

De acordo com um estudo elaborado pela KPMG (2020), as normas GRI são as diretrizes dominantes para a elaboração de relatos de sustentabilidade. Em 2020, 77% das empresas pertencentes às N100 (as 100 maiores empresas em termos de produção de receitas em 52 países, numa amostra de 5200 empresas estudadas) e 84% das G250 (as 250 maiores empresas em todo o mundo, em termos de produção de receitas segundo *Fortune 500 ranking of 2019*) usaram as normas GRI para elaborar os seus relatos de sustentabilidade. Além disso, na figura 4 é possível evidenciar-se que a América do Norte é a região mundial com maior taxa de elaboração de relatos de sustentabilidade, cerca de 90%. A nível mundial, 80% das empresas têm a preocupação de relatarem a sua *performance* à cerca da sustentabilidade.

Figura 4 - Estatísticas do relato de sustentabilidade da GRI



Fonte: KPMG (2020, p. 5)

Apesar das normas GRI serem as mais utilizadas globalmente, não existem só estas normas para relatarmos conteúdo de sustentabilidade. Várias organizações, executam os seus relatórios utilizando conjuntamente as diretrizes GRI com outras estruturas tais como *Carbon Disclosure Project* (CDP), *Climate Disclosures Standards Board* (CDSB), *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). Estas normas oferecem abordagens complementares (SASB, 2021).

Mais recentemente, surge em 2021 as *Nordic Sustainability Reporting Standards* (NSRS) que são um conjunto de normas dedicadas à sustentabilidade e foram elaboradas a pensar nas PME dos países nórdicos. Atualmente, as normas utilizadas para o relato de sustentabilidade, são muito direcionadas para grandes empresas. Cada vez mais, as organizações irão ser obrigadas a relatar a sua *performance* de sustentabilidade independentemente da sua dimensão. Assim, estas diretrizes surgem com intuito de ajudar as PME nesse relato e são normas baseadas nas GRI, nos ODS, na legislação referente ao relato de informação não-financeira da União Europeia e nos *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) (NSRS, 2021).

De todas as estruturas enumeradas acima, a da SASB tal como a GRI são consideradas as “gigantes” dos relatos de sustentabilidade e as mais usadas (Calace, 2016).

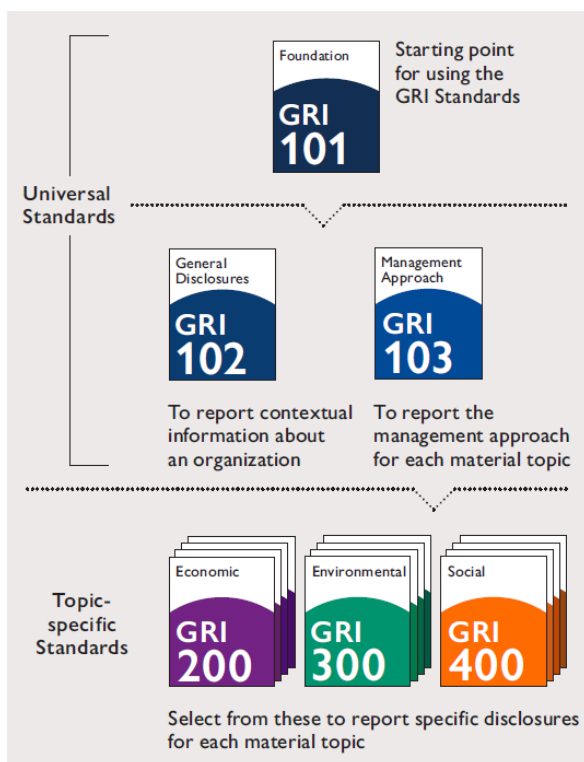
As normas SASB orientam nas divulgações de sustentabilidade numa ótica financeiramente relevante para os seus investidores. Está disponível para setenta e sete setores e tal como as normas GRI, identificam tópicos relevantes acerca de questões ambientais, sociais e de governança. Tanto a SASB como a GRI, fornecem normas de relato de sustentabilidade, mas atendem a diferentes propósitos e são baseados em diferentes abordagens de materialidade (Busco et al., 2020).

Segundo a GSSB (2020), o relato de sustentabilidade deve ser dotado de princípios fundamentais que garantam a qualidade da informação descrita. Estes princípios abordam a inclusão e a consulta dos *stakeholders*, deve abordar a sustentabilidade e fundamentar e contextualizar as suas informações. O relato deve conter os tópicos do âmbito da sustentabilidade mais impactantes no decorrer da atividade da empresa e, portanto, deve elaborar um conjunto de tópicos materiais que, para a organização, são importantes. Estes tópicos aliados aos limites do relato impostos pela entidade devem conter informação suficientemente clara, que permita aos *stakeholders* tomarem uma decisão ponderada. Além disso, relativamente à qualidade da informação esta deve ser exata e equilibrada em que reflita tanto aspetos positivos como negativos, deve ser fiável e comparável com o intuito de se analisar a evolução empresarial ao longo dos anos e deve ser preferencialmente relatada anualmente. No momento, em que estes princípios são respeitados, as partes interessadas ficam em condições para tomar decisões sensatas sobre as medidas que devem ser aplicadas à organização.

Como é possível observar-se na figura 5, a GRI promove o relato de sustentabilidade transparente e de fácil compreensão. Assim, esta é composta por dois tipos de normas:

- **Normas universais (GRI 101, GRI 102, GRI 103)** que se dividem em sub-normas ou conteúdos, que explicam os princípios do relato e definem o conteúdo do mesmo (GSSB, 2020).
- **Normas específicas (GRI 200, GRI 300, GRI 400)** que após analisar as normas universais, a GRI providencia estas três normas específicas da esfera económica, ambiental e social, que tal como as normas universais, também se dividem em sub-normas ou conteúdos, que detalham o que é pretendido (GSSB, 2020).

Figura 5 - Normas Universais e Específicas da GRI



Fonte: GSSB (2020, p.3)

A GRI apresenta também alguma flexibilidade relativamente ao conteúdo que deve ser relatado, ou seja, para que um relato de informação não-financeira esteja em conformidade com as normas GRI, este deve ser elaborado segundo a opção “essencial” ou opção “abrangente”. A opção “essencial” é uma opção que permite a omissão de diversos conteúdos enquanto a opção “abrangente” é uma opção mais completa e rigorosa. Apesar da possibilidade de omitir alguns conteúdos, a organização deve informar o motivo desta omissão. Assim, os motivos para omitir uma sub-norma poderá ser: “não aplicável” ao ramo em que a organização opera ou à empresa em si, poderá ser uma “informação indisponível”, que neste caso será uma norma que se aplica ao âmbito de atuação da empresa, mas não existe qualidade de informação ou um indicador de performance que permita relatar esse conteúdo, poderá também ser omitido por “restrições de confidencialidade” que tal como o nome indica, há uma razão confidencial que impede a divulgação da sub-norma. Por fim, existe o motivo de “proibições legais específicas” que acontece quando há um impedimento de caráter legal que não permita a divulgação de um conteúdo (GSSB, 2020).

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização do trabalho que se apresenta neste relatório consistiu num processo de investigação – ação. A metodologia investigação-ação, pode ser vista como uma forma cíclica de resolver um problema, que para a sua solução, resulte de uma ação. O investigador ocupa um papel central, onde reflete sobre o problema, cria um plano, executa uma ação e observa e avalia o seu resultado e assim sucessivamente até atingir o objetivo final. É também uma metodologia que envolve não só o investigador como também, colaboradores, clientes e outras partes interessadas. Também passa por um processo qualitativo, refletivo e responsivo, na medida em que, avalia e reflete a informação recolhida antes de passar para a próxima fase cíclica e reage de imediato e adapta-se às informações (De Villiers, 2005).

O envolvimento nas atividades da empresa, a compreensão do ramo em que a empresa se insere e o método de trabalho dos colaboradores, associado à recolha e análise de informações não-financeiras através da investigação das normas GRI, permitiram a elaboração de um relato de sustentabilidade que posteriormente foi incorporado no Relatório & Contas 2021 da Infraspark.

Para a realização deste trabalho, inicialmente procedeu-se a uma revisão de literatura relativa à RSE e como é que a sustentabilidade se relaciona com a mesma. De seguida, escolheu-se as diretrizes para a realização do relato de sustentabilidade que, por preferência da empresa e por serem as mais usadas no relato de informação não-financeira, optou-se pelas normas GRI. Numa terceira fase, aprofundou-se minuciosamente cada requisito da GRI com o intuito de perceber detalhadamente as normas e que informações é que deveriam ser requeridas à empresa para construir o relato. Numa quarta fase, realizou-se o quadro do sumário de conteúdo da GRI de acordo com a opção “essencial” e procedeu-se à recolha e tratamento de informações, contactando com alguns colaboradores da empresa e contando com o apoio principal da “*Finance Team*”. Após a recolha e tratamento do material necessário, procedeu-se à elaboração do relato de sustentabilidade da Infraspark.

Resultados e Análise

O ano de 2021 foi o ano escolhido pela Infraspark para integrar no seu RC, informação não-financeira. Esta iniciativa surge após solicitação de um acionista para que este tipo de preocupações ambientais e socioeconómicas começassem a ser monitorizadas e relatadas. Assim criou-se as condições para a realização deste estágio.

Após uma análise das diretrizes da GRI e conforme é requerido pelas mesmas, surge o sumário de conteúdo da GRI (Anexo I, p. 52). Este deve ser incluído no relatório para que as partes interessadas, possam consultar facilmente os conteúdos e a informação que o corresponde, ou deverá existir um “*link*” que encaminhe o leitor para este sumário. Por preferência da entidade de acolhimento e por ser o primeiro relato de informação não-financeira, este foi elaborado em conformidade com as normas GRI: opção essencial. Assim, a tabela do sumário de conteúdo da GRI, surge com a omissão de algumas sub-normas universais, (conteúdos 102-15, 102-17, 102-19 a 102-30, 102-32 a 102-34, 102-36, 102-37, 102-39 103-2 e 103-3) restando apenas aquelas que são de carácter obrigatório para que o relato seja “GRI *compliant*” (conteúdos 102-1 a 102-14, 102-16, 102-18, 102-40 a 102-44, 102-45 a 102-56, 103-1) (GSSB, 2020).

No que toca às normas universais (GRI 200, GRI 300 e GRI 400) apenas é obrigatório relatar um tópico específico para cada sub-norma, tome-se como exemplo, o caso da “GRI 405 – Diversidade e igualdade de oportunidades” que é constituída pelas sub-normas 405-1 e 405-2 e, segundo a opção essencial, apenas é necessário relatar um desses conteúdos. Apesar de serem só apresentadas as sub-normas obrigatórias, alguns conteúdos não-obrigatórios encontram-se também presentes no sumário, com o intuito de enriquecer ainda mais este relato, que é o caso dos conteúdos 102-31, 102-35 e 102-38.

No sumário de conteúdo da GRI, a coluna da “informação/Localização” é referente à página do relatório onde é possível evidenciar-se a abordagem desse conteúdo. No entanto, pode ser um espaço onde é colocada informação rápida, ou uma hiperligação que leve às partes interessadas ao material digital onde se encontra o conteúdo em questão (GSSB, 2020).

Por fim, na última coluna evidencia-se os ODS. Esta coluna, não é requerida pelas diretrizes da GRI, contudo tem sido uma prática cada vez mais comum por parte das empresas adicionarem esta coluna, com o intuito de transmitir às partes interessadas que estão alinhadas com os ODS.

O planeamento para o fecho e aprovação do RC estava indicado para o fim do mês de fevereiro. Porém, por motivos de força maior por parte da empresa, este planeamento falhou e o RC atrasou. Além disso, não foi possível recolher informação relativo a todos os conteúdos obrigatórios, por não haver monitorização dos mesmos, logo não existe informação para algumas sub-normas e muitas delas não são aplicáveis à atividade da Infraspark. Assim, o RC só foi concluído no dia 25 de maio e nem toda a informação não-financeira foi incluída no relatório, somente os conteúdos sublinhados na tabela presente no anexo I é que foram incorporados no mesmo. Ainda assim, toda a informação que foi obtida no decorrer deste estágio será integrada neste documento para uma análise mais enriquecedora.

Para uma melhor organização e compreensão dos resultados obtidos, estes foram divididos em 4 subcapítulos que corresponde às 4 partes do sumário de conteúdo da GRI:

1. GRI 102 – Conteúdos Gerais
2. GRI 200 – Divulgações económicas
3. GRI 300 – Divulgações ambientais
4. GRI 400 – Divulgações sociais

Em cada uma das normas a seguir descritas, é apresentada a resposta à sub-norma e sempre que pertinente é feito uma análise crítica para efeitos de relatório de estágio. De realçar que esta análise crítica não foi inserida no RC da Infraspark. As sub-normas que não se encontram elaboradas, devem-se a três razões: 1) não serem conteúdos obrigatórios; 2) serem sub-normas não aplicáveis ao caso da empresa ou não existe qualidade de informação suficiente para se relatar; 3) serem conteúdos de resposta curta e, portanto, já foram respondidas no sumário de conteúdo da GRI (Anexo I).

GRI 102 – Conteúdos Gerais

GRI 102-2 – Atividades, marcas, produtos e serviços

A Infraspeak, S.A. é uma empresa de base tecnológica, sediada em Portugal, detentora de uma inovadora plataforma eletrónica de apoio ao *facility management* e a assistência técnica, com especial enfoque na gestão dos serviços e manutenções de equipamentos e infraestruturas, também designada por Infraspeak.

O foco da Infraspeak continua a ser a simplicidade como caminho para uma melhor qualidade de vida e no trabalho, através do valor acrescentado que o *software* (em especial, o dedicado à gestão de manutenção), pode trazer para executivos, gestores e técnicos. Assim, a filosofia de produto passa por continuar a automatizar, acelerar e simplificar todos os processos de registo, transmissão e consulta de informações. O Infraspeak pretende assim eliminar completamente o uso do papel e os custos do tempo dedicado às tarefas administrativas, que em nada contribuem para o sucesso e a qualidade do serviço dos nossos clientes.

É nossa missão que o nosso produto e tudo aquilo que fazemos seja fonte de qualidade de vida para os nossos clientes, nossa equipa, nossos acionistas, nossos parceiros e demais *stakeholders*.

GRI 102-8 Informação sobre os colaboradores e outros trabalhadores

A Infraspeak é uma PME com 108 colaboradores (entre colaboradores, estagiários e contratados), dos quais 96 em Portugal, 7 no Brasil, 3 no Reino Unido e 2 em Espanha. É composta por uma camada essencialmente jovem e masculina. O facto de ser uma empresa que requer literacia digital, justifica o facto de os colaboradores pertencerem a uma faixa etária jovem.

Tabela 2 - Idade dos colaboradores

Idades dos colaboradores	
< 20	0
20 - 29	29
30 - 39	73
40 - 49	4
50 - 59	2
> 60	0
Total	108

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 - Género dos colaboradores

Género dos colaboradores	
F	31
M	77
Total	108

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 - Idade dos colaboradores do sexo feminino

Idades (Feminino)	
< 20	0
20 - 29	7
30 - 39	22
40 - 49	2
50 - 59	0
> 60	0
Total	31

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5- Idade dos colaboradores do sexo masculino

Idades (Masculino)	
< 20	0
20 - 29	22
30 - 39	51
40 - 49	2
50 - 59	2
> 60	0
Total	77

Fonte: Elaboração própria

GRI 102-9 Cadeia de Fornecedores

A Infrasppeak desenvolve e comercializa um *software* de gestão de manutenção, o qual é desenvolvido internamente pela equipa contratada. Desta forma, a Infrasppeak não tem fornecedores críticos ao longo da cadeia de valor, dado o seu papel acessório na produção de valor. Assim, a Infrasppeak não identifica fornecedores críticos para a sua atividade.

GRI 102-11 Abordagem ao princípio da precaução

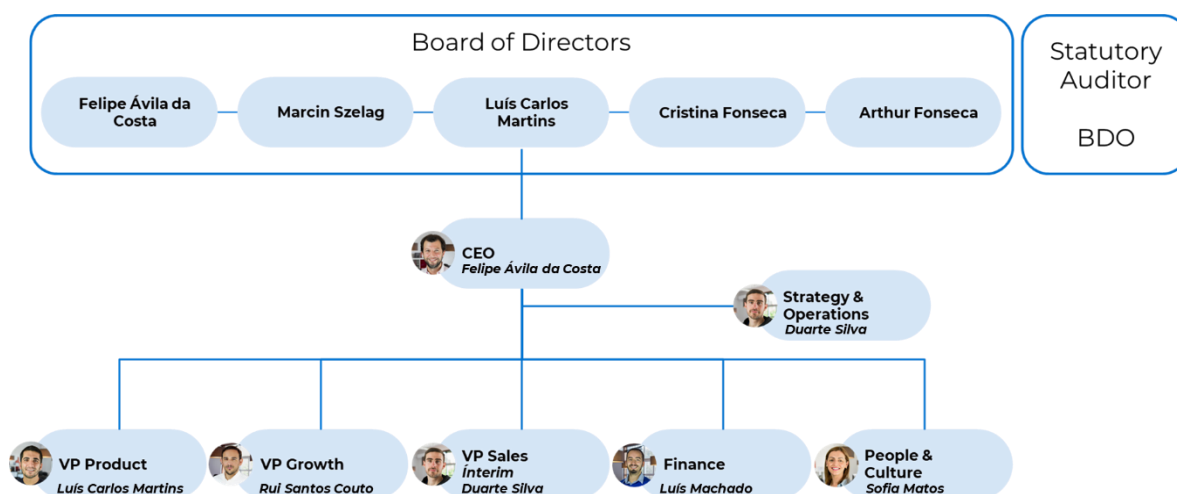
Sendo a Infrasppeak uma empresa cujo foco tem por base a atuação digital, não é evidente um impacto dos seus produtos no meio ambiente. Além disso, a Infrasppeak promove o desenvolvimento sustentável, na medida em que, os seus clientes ao adotarem a sua plataforma estarão a reduzir a sua pegada ecológica, a criar valor para as suas empresas e, portanto, esse é o ganho ambiental que indiretamente é adquirido pela organização.

GRI 102-13 Membros de associações

Faz parte da estratégia da Infrasppeak envolver-se com associações que possam projetar a empresa para novos mercados e possibilitar oportunidades de negócios. Assim, a empresa participa em eventos da Associação Portuguesa de *Facility Management* (APFM) em Portugal, Secovi no Brasil e *Asociación Española de Mantenimiento* (AEM) e *Asociación de Empresas de Mantenimiento de Energías Renovables* em Espanha.

GRI 102-18 Estrutura de *Governance*

Figura 6 - Estrutura hierárquica da Infrasppeak



Fonte: Elaboração Própria

GRI 102-35 Políticas de Remuneração

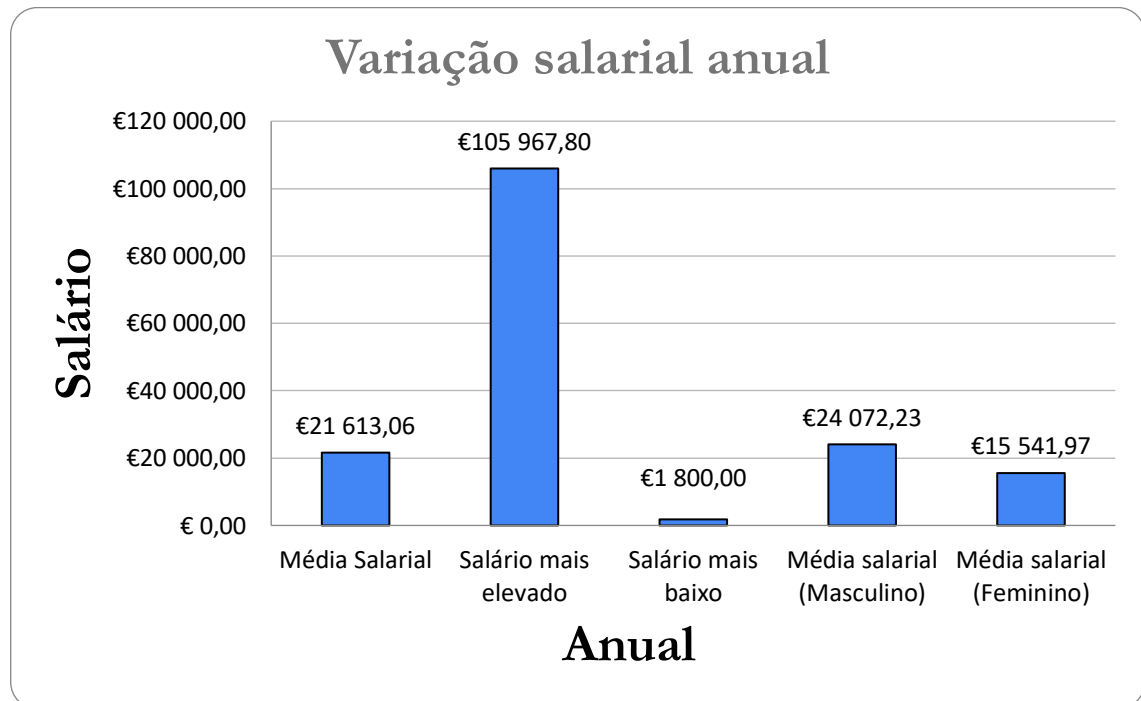
A Infrasppeak acredita que a política de remuneração deve ser transparente, abertamente discutida, justa, equitativa e transversal a todos os mercados. Assim, foi criada uma matriz salarial com o objetivo de mapear as faixas salariais da Infrasppeak. Esta política foi baseada em *benchmarking* de mercado, para apoiar a tomada de decisões estratégicas sobre a remuneração de todas as funções da empresa. Esta matriz está constantemente a ser alvo de melhorias de modo que reflitam as mudanças de mercado. A matriz foca-se essencialmente em dois eixos: o eixo da responsabilidade técnica e o percurso de gestão.

Anualmente, existem as revisões de carreira, onde é analisada a evolução do *Infrasppeak* numa conversa individual com o respetivo manager, com foco no desenvolvimento da equipa.

Com o intuito de potenciar o desenvolvimento de cada *Infrasppeak* no âmbito da sua função, a Infrasppeak disponibiliza a todos os colaboradores um saldo de gestões discricionárias, designado de “*Perks*”, num valor de 100 EUR.

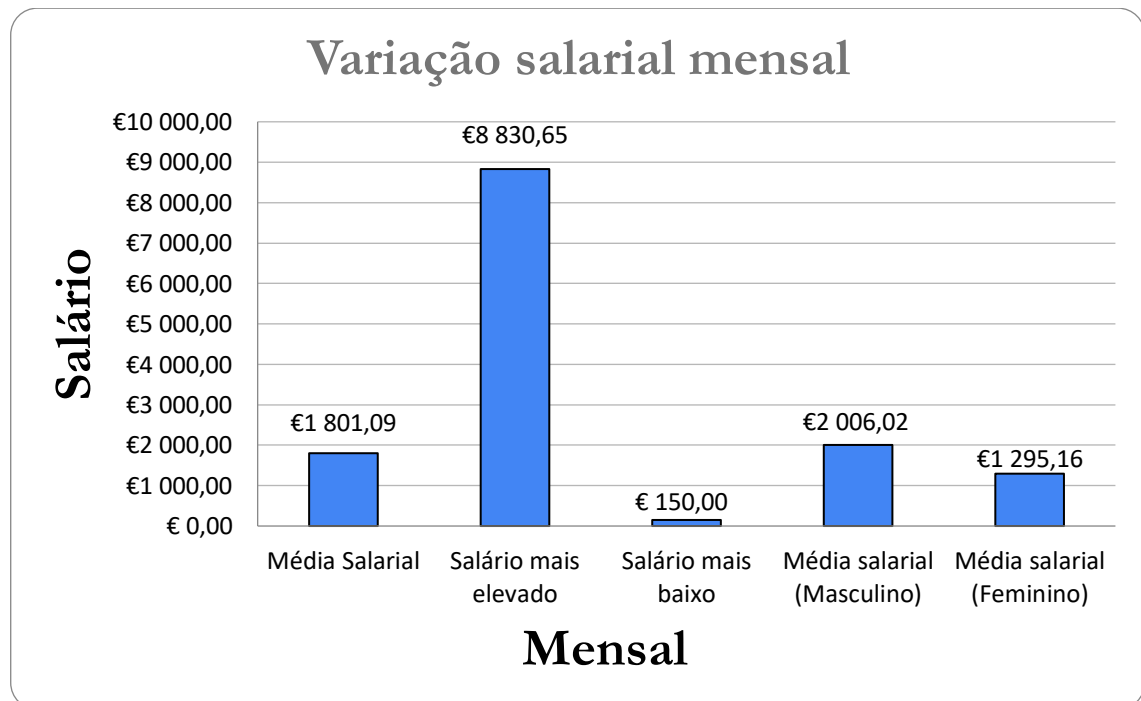
GRI 102-38 Rácio de remuneração anual total

Gráfico 1 - Variação salarial anual



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 - Variação salarial mensal



Fonte: Elaboração própria

Para uma melhor compreensão, foi elaborado o gráfico dos salários mensalmente e anualmente. O salário mensal mais elevado e mais baixo são de dois trabalhadores independentes e correspondem aos valores de 8830,65 euros e 150,00 euros, respetivamente. O trabalhador com o salário mais baixo esteve em regime de *part Time*, daí ser um salário reduzido e o trabalhador com o salário mais elevado, corresponde a um colaborador do Reino Unido que elabora um projeto para a empresa.

Na Infraspark, a média salarial mensal é de 1804,73 euros e a média dos salários masculinos são 710,18 euros superiores à média dos salários femininos. Esta diferença salarial é justificada pelo facto de existirem mais homens em cargos mais elevados do que mulheres, isto deve-se ao facto de no ramo em que a empresa atua, a maioria das candidaturas são de jovens do sexo masculino e, portanto, os colaboradores são essencialmente homens. No entanto, tal como no processo de recrutamento e na política de remuneração, o género não é critério para determinar o salário de um colaborador, a matriz salarial baseia-se no eixo da responsabilidade técnica e no percurso de gestão. Mais se acrescenta que, a Infraspark afirma que não existe desigualdade salarial, uma vez que, para a mesma função desempenhada, os salários dos trabalhadores serão idênticos (pode variar de acordo com a senioridade do colaborador). No entanto, ainda não existe na Infraspark dois colaboradores de sexos opostos que reúnam a mesma função, as mesmas qualificações e os mesmos anos de experiência para que seja possível comprovar que os salários são idênticos e que apenas poderão variar de acordo com a antiguidade na função que desempenham.

GRI 102-40; GRI 102-42; GRI 102-43 Envolvimento com os *stakeholders*

A Infraspark continua a apostar no diálogo e na transparência com os *stakeholders*, de forma a construir confiança e lealdade criando valor para a organização. Este envolvimento, permite a identificação e análise de riscos e oportunidades da atividade para que possam ser mitigados ou alavancados, permitindo corresponder às necessidades e expectativas das partes interessadas e fomentar uma melhoria contínua.

Foram identificados 5 grupos de *stakeholders* e os seus respetivos canais de comunicação:

Tabela 6 - Canais de comunicação



Stakeholders



Canais de Comunicação

Cientes	• Telefone • Email • Reuniões
Colaboradores	• Telefone • Email • Reuniões • Pessoal
Universidades	• Projetos • Parcerias • Conferências • Estágios
Investidores	• Reuniões • Pessoal
Funcionários	• Reuniões • Pessoal

Fonte: Elaboração própria

GRI 102-45, GRI 102-46, GRI 102-50 a GRI 102-54 - Práticas de relato

Este relatório tem como objetivo divulgar a todos as partes interessadas, informações financeiras e não-financeiras. Fornece uma visão de como a Infraspark contribui para um desenvolvimento sustentável e criação de valor para os seus *stakeholders*.

O relatório incide sobre a atividade da Infraspark durante o ano de 2021 e sempre que necessário é feita referência a dados de anos anteriores com o intuito de demonstrar a evolução da empresa.

A elaboração do relato de sustentabilidade, teve como base as normas do *Global Reporting Initiative* (GRI), estando em conformidade com a opção “Essencial”. Em anexo, pode consultar o sumário de conteúdo da GRI para obter informação mais detalhada.

A Infraspark mantém-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

De acordo com GRI 102-53, deve ser fornecido pela entidade um contacto para esclarecimentos relativo à informação contido no relato, no entanto, por questões de privacidade, os contactos foram removidos do presente relatório, porém, estes encontram-se descritos no RC.

GRI 102-47 Lista dos temas materiais

Análise de Materialidade

No processo de análise de materialidade, a Infraspark destacou os temas mais relevantes de acordo com o setor em que atua. Por preferência da entidade, os *stakeholders* externos não foram consultados. Constatou-se que os principais concorrentes diretos da Infraspark não disponibilizam publicamente nos seus *websites* informações de carácter não-financeiro e, portanto, foram enviados e-mails a requisitar esta informação. Porém, não se obteve qualquer resposta. Posto isto, não foi possível fazer um *benchmarking* relativo aos principais tópicos destacados pela concorrência. Assim, a elaboração dos temas passou pelas seguintes fases:

- **Primeira fase:** aumentar o círculo de informação e, portanto, obteve-se informação não financeira de empresas de qualquer tipo de *software* e analisar as suas principais prioridades no que toca às dimensões económicas, sociais e ambientais.

- **Segunda fase**, procedeu-se à consulta dos “*MSCI ESG Ratings*” que é uma entidade externa à empresa que providencia uma avaliação a longo prazo e fornece tópicos relevantes acerca de questões ambientais, sociais e de governança para um determinado setor. Estes ratings definiram alguns tópicos importantes para empresas da área de “*Information technology*” (MSCI, n.d.).
- **Terceira fase**, consultou-se as SASB standards que através da funcionalidade “*Materiality Finder*” foi possível destacar para a indústria “*Software & IT Services*” alguns tópicos fundamentais das três grandes dimensões (SASB, n.d.).
- **Quarta fase**, passou por uma auscultação interna dos nossos colaboradores e, através da missão e da visão Infraspak enumerou-se os tópicos que melhor se encaixam na atividade da empresa.

Cruzando todos os dados obtidos através das fases enumeradas, obteve-se a seguinte análise de materialidade. Por opção da empresa, os KPI não foram inseridos no RC nem foram calculados. Sendo o primeiro relato de informação não-financeira, a Infraspak, não conseguiu garantir que os índices de performance selecionados, estivessem a ser monitorizados. Assim, para efeitos de relatório, foram na mesma introduzidos os KPI que se consideraram mais pertinentes.

Tabela 7 - Análise de Materialidade

		
Económicos	Sociais	Ambientais
• Desenvolvimento do produto • Diversificação de mercados e aposta em internacionalização	• Potencialização do capital humano • Proteção de dados dos clientes • Transparência e igualdade de oportunidades • Recrutamento de Talento	• Fomentar <i>Green Buildings</i>

Fonte: Elaboração própria

Desenvolvimento do produto

KPI - Número de funcionalidades adicionadas ao *software* no ano de 2021.

Na Infrasppeak, a inovação é um fator decisivo de diferenciação e, portanto, é algo que é imperativo e faz parte da nossa estratégia empresarial estarmos sempre atualizados tecnologicamente. Como forma de mantermos o nosso produto competitivo no mercado, estamos sempre à procura de novas funcionalidades para tornar a nossa plataforma mais inteligente e, além disso, para que possamos providenciar uma melhor experiência aos nossos clientes e um serviço que melhor se adeque às suas necessidades. Assim, no ano de 2021 incluímos várias funcionalidades que inovam significativamente a nossa plataforma e atraindo certamente novos clientes.

Diversificação de mercados e aposta em internacionalização

KPI – Percentagem de vendas realizadas para os mercados que não o principal (Portugal).

A Infraspeak ambiciona o crescimento sustentável internacional, projetando a imagem corporativa em novos mercados. Desta forma, a Infraspeak ambiciona sempre mais e melhor e, portanto, faz parte também da nossa estratégia apostar no mercado internacional de modo a aumentar as nossas receitas, possibilitar novas oportunidades, sermos um exemplo de uma empresa com colaboradores de várias nacionalidades e isto também nos é permitido devido ao ramo digital em que operamos.

Potencialização do capital humano

KPI - número médio de horas de formação de cada colaborador.

Na Infraspeak, acreditamos que uma das formas de manter a confiança e lealdade dos nossos clientes é ter uma equipa capacitada e disposta a aprender diariamente de forma a estar sempre atualizada e capaz de resolver qualquer obstáculo. Assim, uma vez que o conhecimento não ocupa espaço, incentivamos sempre os nossos colaboradores a formarem-se e a desenvolverem as suas *skills* através de formações. Para isso, fazendo uso do nosso serviço de “*perks*” cada colaborador poderá usar esse valor para comprar formações e, para além de obter um ganho profissional, estará certamente mais bem preparado para servir os nossos clientes.

Proteção de dados dos clientes

KPI – Certificações obtidas pela empresa.

Numa era em que a transição digital acontece a um ritmo cada vez mais acelerado, a proteção de dados é um tópico material importante para a Infraspeak, precisamente por operar na área digital. Cumprimos com as nossas responsabilidades legais no que toca à privacidade e segurança dos nossos clientes, colaboradores e todas as entidades que trabalham connosco. Para além disso, estamos a trabalhar para certificarmo-nos na ISO 27001 - norma relativa à gestão de segurança de informação, pois será uma mais-valia para a Infraspeak, irá criar valor empresarial e consequentemente permitirá novas oportunidades de negócio.

Transparência e igualdade de oportunidades

KPI- Rácio de mulheres em posição de gestão.

Transparência e igualdade são dois dos pilares que fazem parte da cultura da empresa. Portanto, faz parte do nosso *core*, existir uma transparência transversal a todos os momentos e acima de tudo igualdade de género. Assim, garantimos uma voz igual a todos os colaboradores e oportunidades iguais de participação independentemente da idade, género, orientação sexual, crença religiosa, etnia, deficiência, nacionalidade e quaisquer outras características que possam ser relevantes e propícias de criar situações de desigualdade.

Qualquer decisão de trabalho, seja progressões de carreira ou contratações são apenas baseadas nas competências e habilidades de cada indivíduo e que corresponda às necessidades da Infraspark.

Recrutamento de talento

KPI – Percentagem de pessoas recrutadas num ano que se mantêm por mais de 2 anos na empresa.

Para qualquer organização, os colaboradores são os principais contribuintes para a criação de valor. Na Infraspark, focamos naturalmente na experiência e *background* de formação de cada indivíduo, mas também damos bastante importância às *soft skills* e talentos que os possíveis candidatos possam ter em diversas áreas. Só assim, poderemos recrutar os melhores candidatos que serão uma mais-valia para a empresa e reforçarão a cultura e a evolução da organização.

Fomentar *Green Buildings*

KPI – Quantidade de papel que cada cliente poupou por cada tarefa executada com a plataforma Infraspark,

Através dos nossos serviços, promovemos uma manutenção e gestão que se adequa ao negócio das empresas dos nossos clientes e, conseqüentemente, contribuímos para a redução da sua pegada ecológica, uma vez que, ao tornarmos mais eficiente os seus negócios, há redução de custos e contribuímos para uma melhoria em matéria ambiental social e económica.

GRI 200 – Divulgações Económicas

GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

A Infraspark, encontrando-se numa fase de aceleração do seu negócio, encontra-se a investir montantes superiores ao valor económico direto gerado.

Tabela 8 - Valor económico direto gerado e distribuído

	2021	2020
Rendimentos	1,809,610.02	1,189,725.93
Valor económico direto gerado	1,809,610.02	1,189,725.93
Gastos operacionais		
Salários	1,270,795.71	808,244.13
Pagamentos a fornecedores de capital	0.00	0.00
Pagamentos ao Estado	15,669.01	6,491.26
Despesas operacionais	1,420,738.24	903,471.30
Valor económico direto distribuído	2,707,202.96	1,718,206.69
Valor económico direto acumulado	-897,592.94	-528,480.76

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório & Contas Infraspark 2021

GRI 201-4 Apoio financeiro recebido pelo governo

A Infraspark durante 2021 teve um apoio estatal total de 74006 euros, relativo a apoios à exploração, nomeadamente, contratação de recursos humanos.

GRI 205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

A Infraspark acredita que a adoção de um comportamento ético é fundamental para o sucesso empresarial e individual de cada colaborador. Qualquer prática de corrupção e suborno não é permitida e por isso, regemo-nos por pilares de transparência, lealdade, profissionalismo, rigor e boa-fé.

A Infraspark respeita os critérios do mercado e não fomenta nem participa em qualquer tipo de atividade que conduza à violação das regras fundamentais de ética ou concorrência, com vista a obter uma vantagem competitiva.

Os nossos valores, não se aplicam somente a um comportamento de anticorrupção, valorizamos também todos os colaboradores e potenciais candidatos como indivíduos únicos

e devem ser tratados de igual forma, independentemente da etnia, sexo, identificação de género, orientação sexual, nacionalidade, língua nativa, religião, idade, deficiência, estado civil, cidadania, informação genética, gravidez, ou qualquer outra característica. Qualquer tipo de assédio verbal, escrito ou físico também é contra os nossos princípios e, portanto, é altamente repudiado.

Possuímos mecanismos de reporte que permitem denunciar qualquer forma de corrupção, discriminação ou assédio diretamente à comissão executiva ou responsável de recursos humanos.

GRI 207-1 Abordagem tributária; GRI 207-2 Governação fiscal, controlo e risco gestão

A estratégia fiscal da Infraspark assenta numa abordagem de transparência, redução de risco e racionalidade económica.

Transparência e colaboração

A Infraspark gere a sua atividade de forma consciente e tendo por base a relevância de gerar base tributável onde o valor que é gerado, concentra-se de momento maioritariamente em Portugal. A Infraspark apresenta uma atitude colaborativa em todos os contactos com autoridades tributárias.

Redução de risco

A função fiscal da Infraspark tem como objetivo pagar o menor volume de impostos sem arriscar tomar decisões de evasão fiscal. Desta forma, procuramos utilizar os mecanismos legais - como incentivos fiscais - para minorar potencial carga fiscal. De referir que atualmente a posição consolidada da Infraspark é de rentabilidade negativa, pelo que apenas existe tributação sobre o rendimento residual.

Racionalidade económica

A Infraspark não toma decisões fiscais com base em estruturas fantasma ou instrumentais, encontrando-se as decisões baseadas em critérios de racionalidade económica.

O processo de governança fiscal encontra-se sob a responsabilidade do responsável do departamento financeiro, o qual coordena com o CEO qualquer iniciativa global, por forma a garantir alinhamento com os princípios da área e da empresa.

GRI 300 – Divulgações Ambientais

A norma específica GRI 300 é a norma menos impactada por duas razões:

- O ramo em que a Infrasppeak atua, levou a que muitos conteúdos relativos às divulgações ambientais não se aplicassem ao caso. O mundo digital por si só, é um meio que a nível ambiental não tem um impacto considerável.
Tome-se como exemplo o conteúdo 301-1 “consumo de materiais por peso e volume”, esta sub-norma refere-se ao cálculo total dos materiais utilizados no processo de produção do produto como minérios, madeiras e lubrificantes e materiais utilizados no processo de embalagem do produto como papel e plástico. O produto da Infrasppeak, é uma plataforma digital e, portanto, não sendo um produto físico, não envolve estes processos de produção e de embalagem.
- A dimensão da empresa e o método de trabalho, também é um fator que influenciou consideravelmente esta norma, visto que, esta sendo uma PME alguns impactes que possam existir são residuais, além de que, a sua monitorização não estaria a ser feita corretamente. Por exemplo, o GRI 306 – “Resíduos”, este conteúdo analisado, numa vertente interna, a produção de resíduos domésticos no dia-a-dia da empresa para além de possivelmente ser, bastante reduzida, não houve monitorização deste parâmetro, além de que, o trabalho remoto sempre foi uma prática mesmo antes da pandemia do COVID-19 e, assim, estima-se que os valores de resíduos produzidos da atividade normal da empresa, seriam residuais.

Com isto, apenas foi possível obter informações e relatar os seguintes conteúdos:

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

Foram analisadas as faturas de eletricidade mensais correspondentes ao ano de 2021 e neste ano o consumo anual é de 36901,00 kwh. Este valor apenas é informativo e refere-se ao consumo do escritório do Porto, uma vez que, não foi possível obter as faturas das subsidiárias nem faturas de anos anteriores para poder fazer uma comparação. Assim, pretende-se que nos anos subsequentes a 2021, esta monitorização continue a ser feita para perceber a evolução dos consumos da Infrasppeak e de que forma é que se pode direcionar esforços para a redução do consumo de eletricidade.

GRI 303-5 Consumo de água

O consumo de água foi calculado através dos consumos do dia-a-dia da atividade dos trabalhadores na empresa e segue também o mesmo princípio que o consumo de energia. Foram consumidos 132 m³ de água durante o ano de 2021.

GRI 305 – Energia

De acordo com GSSB (2020), a GRI 305-1, indica as emissões diretas de âmbito 1, estas são as emissões que uma empresa emite na sua atividade e dividem-se em:

- Emissões da queima de combustíveis fósseis provenientes dos veículos da empresa.
- Emissões fugitivas, que tal como o nome diz, são fugas que resultam do mal funcionamento de equipamentos, como por exemplo, ar condicionados.
- Emissões resultantes dos processos durante a fase de produção.

A Infraspark não se enquadra em nenhum destes parâmetros acima descritos, assim este conteúdo não é aplicável.

No que toca ao conteúdo GRI 305-2, que se refere às emissões indiretas de âmbito 2 que expõem as emissões provenientes da geração de energia comprada, no caso da Infraspark, a eletricidade utilizada é 100% proveniente de fontes renováveis.

O conteúdo GRI 305-3, representa as emissões indiretas (excluindo as emissões de âmbito 2) e são vistas numa vertente *upstream* e *downstream*, ou seja, as emissões que estão indiretamente ligadas à atividade da empresa. É um conteúdo com elevada complexidade e ambas as categorias *upstream* e *downstream* dividem-se em 15 subcategorias como se pode evidenciar na tabela 9. (GSSB, 2020).

Tabela 9 - Emissões indiretas *upstream* e *downstream*

<i>Upstream</i>	<i>Downstream</i>
Bens e serviços adquiridos	Transporte e distribuição <i>downstream</i>
Bens de capital	Processamento de produtos vendidos
Atividades relacionadas ao consumo de combustível e energia (excluindo o Âmbito 1 e 2)	Uso de produtos vendidos
Transporte e distribuição <i>upstream</i>	Tratamento de produtos vendidos ao final de sua vida útil
Resíduos gerados na produção do produto	Ativos arrendados <i>downstream</i>
Viagens de negócio	<i>Franchising</i>
Transporte de colaboradores	Outras categorias <i>downstream</i>
Outras categorias <i>upstream</i>	

Fonte: Elaboração própria com base em (GSSB, 2020)

Nenhuma das subcategorias acima mencionadas, são aplicáveis ao caso da Infraspark, portanto, este conteúdo também é não aplicável.

GRI 400 – Divulgações Sociais

GRI 401-1 Novas contratações e rotatividade de colaboradores

Tabela 10 - Entrada e saída de colaboradores em 2021 e 2020

		2021		2020	
		In	Out	In	Out
	M	30	6	13	4
<i>Under 35</i>	F	16	3	5	3
	Subtotal	46	9	18	7
	M	5	5	7	2
<i>Between</i>	F	2	3	4	2
<i>35 and 50</i>	Subtotal	7	8	11	4
	M	0	0	0	0
<i>Over 50</i>	F	0	0	0	0
	Subtotal	0	0	0	0
	Total	53	17	29	11

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório & Contas Infraspak 2021

Como já referido na GRI 102-8, dado o perfil de negócio da empresa, a Infraspak tem uma equipa bastante jovem, sendo típico o recrutamento incidir em camadas mais jovem por vários motivos desde a literacia digital, ao perfil de senioridade. Porém, a idade de um candidato não é tida em consideração no processo de recrutamento. Da mesma forma, o género dos candidatos não é um critério de decisão nem de influência no processo de decisão.

Existe uma preponderância do género masculino em parte pelo pool de candidatos se encontrar enviesada para esse género.

Ao nível de rotatividade, não identificamos tendência ou correlação significativa entre o género ou classe etária.

Tabela 11 - Diversidade de nacionalidades na Infraspark

	2021		2020	
	In	Out	In	Out
PT	44	15	25	8
BR	5	1	3	2
ES	0	0	1	0
UK	4	1	0	1
Total	53	17	29	11

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório & Contas Infraspark 2021

Ao nível de distribuição geográfica, os volumes de contratação estão alinhados com o perfil funcional do grupo e o facto da generalidade dos trabalhadores estarem ligados à entidade de Portugal. Já ao nível de rotatividade de colaboradores, o mesmo mantém uma proporção estável geograficamente.

GRI 401-3 Licença parental

A Infraspark apoia a paternalidade dos seus colaboradores, quer pela facilitação e incentivo ao uso das licenças totais em regime de rotação entre pais, quer através de iniciativas como *baby baskets* aos recém pais.

Em 2021 contamos com 5 licenças de parentalidade, um crescimento face às 2 de 2020, tendo mantido uma taxa de retorno ao trabalho e retenção de 100%.

GRI 405-1 Diversidade dos órgãos de *governance* e dos colaboradores

A diversidade é importante como potenciador da inovação e da colaboração na Infraspēak. Desta forma, não discriminamos por qualquer fator de género, nacionalidade, religião ou outro na nossa atividade.

Ao nível de diversidade de colaboradores, redirecionamos para a informação constante no ponto GRI 401-1, indicando abaixo a distribuição do conselho de administração.

Tabela 12 - Diversidade de género no conselho de administração

		2021	2020
<i>Under 35</i>	M	2	1
	F	1	1
	Subtotal	3	2
<i>Between 35 and 50</i>	M	2	2
	F	0	0
	Subtotal	2	2
<i>Over 50</i>	M	0	0
	F	0	0
	Subtotal	0	0
Total		5	4

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório & Contas Infraspēak 2021

GRI 412-3 Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos

A Infraspēak respeita os direitos humanos e assegura que qualquer atividade comercial que efetue, estes não sejam comprometidos. Acreditamos que a defesa dos direitos humanos é imprescindível para executar bons negócios e, portanto, trabalhamos com empresas que também respeitam de igual forma os direitos humanos. Ao cumprir com esta matéria estamos também a cumprir com a lei e a reger-nos por um correto código de ética e de conduta e assim criamos valor para a nossa organização, permanecemos competitivos a longo prazo e somos um bom exemplo de responsabilidade social empresarial.

Discussão e Conclusão

A sustentabilidade empresarial é um tema que tem sido levado com mais seriedade pelas organizações. Cada vez mais as empresas começam desde cedo a incorporar a sustentabilidade no âmbito económico, social e ambiental. Estas três esferas são fundamentais para as entidades e são vistas como parte das mesmas. O facto de estas serem incorporadas na estratégia empresarial e não serem vistas como apêndices que circundam a atividade e o lucro da empresa, é a forma ideal para as entidades manterem-se ativas a longo prazo (Rodriguez-Gomez et al., 2020).

Esta temática tem sido reforçada ao longo dos anos com os acordos e planos que foram lançados internacionalmente que vincam a RSE e consequentemente a sustentabilidade e encaminham as empresas a tomarem decisões responsáveis. Esta crescente RSE é o caminho correto para o sucesso empresarial e melhora a relação e comunicação com os *stakeholders*, geralmente através da elaboração de relatos de sustentabilidade (Rodriguez-Gomez et al., 2020).

A elaboração de relato não-financeiro só traz vantagens, como pudemos observar ao longo deste relatório. Desde a fluidez e clareza com que a informação é transmitida às partes interessada, à criação de melhores oportunidades de negócio, criação de valor empresarial e ao impacte positivo e negativo que as entidades possam ter na sociedade. Além disso, é uma forma de se posicionarem no mercado como empresas sustentáveis (Bae et al., 2018).

Com o desenvolvimento deste estágio e com a investigação feita relativamente à atividade da Infraspark e fundamentalmente com a análise feita às normas GRI, foi possível responder às questões de investigação que conduziram este estágio:

Q1: Quais são os temas ou tópicos materiais que devem ser tratados no âmbito do relato de sustentabilidade no caso da Infraspark?

Sendo a Infraspark uma PME e que atua no mundo digital, tornou-se desafiante determinar quais os tópicos materiais. No entanto, como já mencionados anteriormente, a empresa tem temas que de facto são fundamentais para a sua atividade. No âmbito económico, como é uma empresa em rápido crescimento, o desenvolvimento do produto é fundamental, uma vez que, integrando novas funcionalidades e tornando mais eficiente a plataforma “Infraspark”, faz com que esta se diferencie das restantes empresas do mesmo setor. Além disso, a diversificação dos mercados e aposta em internacionalização, abre o leque de

oportunidades de negócio que a Infrasppeak pode adquirir e providencia novos contactos com outros mercados e países.

O âmbito social, é o âmbito com mais importância para a Infrasppeak, na medida em que, a tecnologia desenvolvida não é de todo uma atividade que possa ser praticada por qualquer pessoa, assim, apostar na formação dos colaboradores é uma prioridade para fornecer conhecimento aos trabalhadores da empresa e este enriquecimento individual de cada colaborador possa ser aplicado para maximizar e melhorar o desempenho da organização. Além disso, o mesmo método aplica-se ao tópico de recrutamento de talento, visto que, contratar colaboradores dotados de conhecimento do mundo digital, e mais especificamente do ramo da gestão de manutenção irá certamente contribuir para o crescimento da empresa e para o seu desempenho. Relativamente à proteção de dados este tópico é relevante em qualquer atividade, no caso da Infrasppeak, é ainda mais importante manter a privacidade e a segurança dos dados dos clientes, dado que, esta opera no mundo *online*. Para terminar o âmbito social, a transparência e igualdade de oportunidades é também relevante para esta entidade, porque é uma empresa com uma cultura que promove a ética empresarial e sendo um dos motes da Infrasppeak “*be a source of good life*” é necessário que os colaboradores estejam satisfeitos com o seu trabalho, sintam-se integrados e que trabalhem para uma causa maior e, portanto, existir transparência, justiça e igualdade são os pilares que sustentam este tópico material.

Por fim, o âmbito ambiental é também importante numa perspetiva positiva, dado que, fomentar *green buildings* é uma consequência da atividade da Infrasppeak, pois ao automatizar os processos dos seus clientes e tornar os seus negócios mais eficientes e digitais, a Infrasppeak obtém um ganho ambiental indireto, uma vez que, tudo é *online*, logo o uso de papel e os custos de tempo dedicado a tarefas administrativas são praticamente erradicados.

Q2: Quais são os indicadores de *performance* a serem utilizados para responder à análise de materialidade e como é feita a sua monitorização?

Relativamente à segunda questão de investigação, apenas foi possível apontar os KPIs que seriam os mais adequados para calcular cada tópico material. Isto deve-se ao facto de ainda serem os primeiros passos da Infrasppeak no mundo da sustentabilidade e, assim, a monitorização dos KPIs ainda não é feita e, portanto, não existem bases de dados que permitissem fazer uma análise estatística.

- Limitações do estágio

No decorrer deste relatório, ocorreram algumas limitações que dificultaram a realização deste estágio:

- Destaca-se, ser o primeiro relato de sustentabilidade da Infraspark e, portanto, não existir histórico de nenhum relato não-financeiro, tornou impossível a comparação com relatórios de anos anteriores para analisar a evolução da empresa.
- A não monitorização de possíveis índices de *performance*, impediram que fossem elaborados dados estatísticos que comprovem que os tópicos destacados na análise de material são, de facto, importantes para a empresa.
- A dificuldade em ter acesso a informações das subsidiárias da Infraspark, visto que, o relatório & contas é consolidado e em alguns conteúdos só foi possível obter dados do Porto *office*.
- A escassez de informação não-financeira disponível online pela concorrência e a ausência de resposta aos e-mails a requisitar estas informações a empresas concorrentes do mesmo setor também dificultou a análise e impossibilitou um *benchmarking* daqueles que poderiam ser os tópicos de sustentabilidade que também são relevantes para essas mesmas entidades.
- A utilização das normas GRI, apesar de serem as normas de sustentabilidade mais usadas, também representaram uma limitação deste estágio, pois estas normas são muito direccionadas e usadas por grandes empresas internacionais e, por vezes, não são muito aplicáveis às PME. A quantidade de informação requerida pelas GRI torna um processo muito dispendioso para PME, além de que, nem sempre todos os conteúdos se aplicam adequadamente, devido à dimensão e ramo em que a empresa atua. Assim, utilizar as NSRS poderia ter sido uma melhor opção pois com já referido estas são vocacionadas para PME.

- Propostas de melhoria

Com vista a melhorar cada vez mais a sustentabilidade na Infraspark, propõem-se:

- Assinar o pacto global das nações unidas, é uma ação que permitiria a empresa a incorporar e a comprometer-se ainda mais com a sustentabilidade.
- Assinar a carta de Princípios do BCSD Portugal também incentivaria a empresa a adotar práticas de sustentabilidade, pois esta é bastante direccionada para PME como

é o caso da Infraspark e assim, esta ficaria apta a relatar informações não-financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 89/2017 (BCSD, 2017).

- Começar a monitorizar e registar os índices de *performance* acima descritos com o intuito de criar uma base de dados e no futuro ser possível fazer uma comparação e denotar a evolução da empresa e assim, ser possível direcionar esforços e tomar decisões em prol do crescimento e sucesso da organização.
- Optar por uma estrutura de sustentabilidade mais adequado à dimensão da organização.
- No âmbito do relato de sustentabilidade, passar a elaborar um relatório de sustentabilidade ou um relatório integrado que seria o mais indicado por juntar informações financeiras e não – financeiras.

Em suma, a realização deste trabalho vinca a importância da sustentabilidade e consequentemente da RSE na estratégia empresarial das organizações. Para além das responsabilidades económicas e legais que uma empresa deve cumprir, estas ao integrarem no seu seio um bom modelo de RSE, traz vantagens competitivas, informam adequadamente os *stakeholders* do seu crescimento e acima de tudo é o caminho para serem sustentáveis a longo prazo. Mais se acrescenta que a sustentabilidade está cada vez mais a ganhar notoriedade e seriedade, na medida em que, mesmo não sendo obrigatório a realização de relatos de sustentabilidade para PME, observa-se a preocupação da sociedade e neste caso da Infraspark em começar a enveredar por este meio e serem mais do que um espaço para gerar riqueza, mas também serem dotados de preocupações do âmbito ambiental, social e económico.

Referencias bibliográficas

- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>
- Bae, S. M., Masud, M. A. K., & Kim, J. D. (2018). A cross-country investigation of corporate governance and corporate sustainability disclosure: A signaling theory perspective. *Sustainability (Switzerland)*, 10(8). <https://doi.org/10.3390/su10082611>
- BCSD. (2017). *Carta de Princípios de BCSD de Portugal*.
- Birth, G., Illia, L., Lurati, F., & Zamparini, A. (2008). Communicating CSR: Practices among Switzerland's top 300 companies. *Corporate Communications*, 13(2), 182–196. <https://doi.org/10.1108/13563280810869604>
- Borga, F., Citterio, A., Noci, G., & Pizzurno, E. (2009). Sustainability report in small enterprises: Case studies in Italian furniture companies. *Business Strategy and the Environment*, 18(3), 162–176. <https://doi.org/10.1002/bse.561>
- Branco, M. C. D., & Baptista, I. (2015). Compromisso com a RSE no Pacto Global da Organização das Nações Unidas. *Innovar*, 25(58), 81–90. <https://doi.org/10.15446/innovar.v25n58.52427>
- Busco, C., Consolandi, C., Eccles, R. G., & Sofra, E. (2020). A Preliminary Analysis of SASB Reporting: Disclosure Topics, Financial Relevance, and the Financial Intensity of ESG Materiality. *Journal of Applied Corporate Finance*, 32(2), 117–125. <https://doi.org/10.1111/jacf.12411>
- Calace, D. (2016). *Battle of giants: GRI vs SASB vs IR* | *Greenbiz*. <https://www.greenbiz.com/article/battle-giants-gri-vs-sasb-vs-ir>
- Carroll, A. B. (2016). Carroll's pyramid of CSR: taking another look. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 1(1), 1–8. <https://doi.org/10.1186/s40991-016-0004-6>
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 85–105. <https://doi.org/10.1111/J.1468-2370.2009.00275.X>
- Christofi, A., Christofi, P., & Sisaye, S. (2012). Corporate sustainability: Historical

- development and reporting practices. *Management Research Review*, 35(2), 157–172.
<https://doi.org/10.1108/01409171211195170>
- Comissão Europeia. (2021a). *Contabilidade das PME e das microempresas - Your Europe*.
https://europa.eu/youreurope/business/finance-funding/accounting/small-micro-businesses/index_pt.htm
- Comissão Europeia. (2021b). *Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas*. 0104.
- Conselho Europeu. (2022). *Acordo de Paris sobre alterações climáticas*. Conselho Europeu - Conselho Da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>
- De Villiers, M. R. (2005). Three approaches as pillars for interpretive Information Systems research: development research, action research and grounded theory. In *South African Institute of Computer Scientists and Information Technologists* (pp. 111–120).
- Dey, P. K., Petridis, N. E., Petridis, K., Malesios, C., Nixon, J. D., & Ghosh, S. K. (2018). Environmental management and corporate social responsibility practices of small and medium-sized enterprises. *Journal of Cleaner Production*, 195, 687–702.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.201>
- Diário da República. (2017). Decreto-Lei N.º 89/2017 de 28 de Julho. *Diário Da República*, 145(1ª série), 4267–4271.
- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2017). Beyond the business case for corporate sustainability. *Corporate Environmental Responsibility*, 141, 213–224.
<https://doi.org/10.4324/9781315259277-7>
- Eccles, R. G., & Spiesshofer, B. (2015). Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism. In *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2665737>
- ElAlfy, A., Palaschuk, N., El-Bassiouny, D., Wilson, J., & Weber, O. (2020). Scoping the evolution of corporate social responsibility (CSR) research in the sustainable development goals (SDGS) era. *Sustainability (Switzerland)*, 12(14).

- <https://doi.org/10.3390/su12145544>
- European Commission. (2022). *Financial reporting* | *European Commission*.
https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/company-reporting-and-auditing/company-reporting/financial-reporting_en#ifrs-financial-statements
- Feroz, A. K., Zo, H., & Chiravuri, A. (2021). Digital transformation and environmental sustainability: A review and research agenda. *Sustainability (Switzerland)*, 13(3), 1–20.
<https://doi.org/10.3390/su13031530>
- Gazzola, P., Amelio, S., Papagiannis, F., & Michaelides, Z. (2021). Sustainability reporting practices and their social impact to NGO funding in Italy. *Critical Perspectives on Accounting*, 79, 102085. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.04.006>
- Gomez-Carrasco, P., Guillamon-Saorin, E., & Garcia Osma, B. (2016). The illusion of CSR: drawing the line between core and supplementary CSR. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(1), 125–151. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-12-2014-0083>
- GSSB. (2020). *Consolidated Set of GRI Sustainability Reporting Standards 2020*.
- IIRC. (2021). < IR > FRAMEWORK About the IIRC. *Jo, January*, 58.
<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>
- Jackson, G., Bartosch, J., Avetisyan, E., Kinderman, D., & Knudsen, J. S. (2020). Mandatory Non-financial Disclosure and Its Influence on CSR: An International Comparison. *Journal of Business Ethics*, 162(2), 323–342. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04200-0>
- KPMG. (2020). The Time Has Come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020. *JNCCN Journal of the National Comprehensive Cancer Network*, 17(4), 295.
<https://doi.org/10.6004/jnccn.2019.0020>
- Larrinaga, C., & Bebbington, J. (2021). The pre-history of sustainability reporting: a constructivist reading. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(9), 131–150.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2017-2872>
- Latapí Agudelo, M. A., Jóhannsdóttir, L., & Davídsdóttir, B. (2019). A literature review of

- the history and evolution of corporate social responsibility. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 4(1), 1–23. <https://doi.org/10.1186/s40991-018-0039-y>
- Leipziger, D. (2019). The Equator Principles. In *The Corporate Responsibility code book* (pp. 445–456). <https://doi.org/10.4324/9781351278881-33>
- Leszczynska, A. (2012). Towards shareholders' value: An analysis of sustainability reports. *Industrial Management and Data Systems*, 112(6), 911–928. <https://doi.org/10.1108/02635571211238518>
- Maroun, W. (2018). Modifying assurance practices to meet the needs of integrated reporting: The case for “interpretive assurance.” *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(2), 400–427. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2016-2732>
- Meuer, J., Koelbel, J., & Hoffmann, V. H. (2020). On the Nature of Corporate Sustainability. *Organization and Environment*, 33(3), 319–341. <https://doi.org/10.1177/1086026619850180>
- Moravcikova, K., Stefanikova, L., & Rypakova, M. (2015). CSR Reporting as an Important Tool of CSR Communication. *Procedia Economics and Finance*, 26(15), 332–338. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00861-8](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00861-8)
- MSCI. (n.d.). *Materiality Map - MSCI*. Retrieved June 9, 2022, from https://www.msci.com/our-solutions/esg-investing/esg-ratings/materiality-map?fbclid=IwAR3NcSkZGILwoZByFS34M8npNo2r-TZLoxyXxr_707H20jM4-vPAwAIZU8#
- NSRS. (2021). *NSRS Implementation Manual*.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014). Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014. *Jornal Oficial Da União Europeia*, 2014(2), 1–9. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN>
- PRR. (n.d.). *Plano de Recuperação e Resiliência português*. Recuperar Portugal. Retrieved April 3, 2022, from <https://recuperarportugal.gov.pt/>
- Rodriguez-Gomez, S., Arco-Castro, M. L., Lopez-Perez, M. V., & Rodríguez-Ariza, L. (2020). Where Does CSR Come from and Where Does It Go? A Review of the State

- of the Art. *Administrative Sciences*, 10(3), 60. <https://doi.org/10.3390/admsci10030060>
- Rupley, K. H., Brown, D., & Marshall, S. (2017). Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated reporting. *Research in Accounting Regulation*, 29(2), 172–176. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.09.010>
- SASB. (n.d.). *Find Industry Topics - SASB*. Retrieved June 9, 2022, from <https://www.sasb.org/standards/materiality-finder/find/?lang=en-us&industry%5B0%5D=TC-SI>
- SASB. (2021). *SASB Standards & Other ESG Frameworks: The Sustainability Reporting Ecosystem*. Sustainability Accounting Standards Board. <https://www.sasb.org/about/sasb-and-other-esg-frameworks/>
- Scholtens, B., & Dam, L. (2007). Banking on the Equator. Are Banks that Adopted the Equator Principles Different from Non-Adopters? *World Development*, 35(8), 1307–1328. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2006.10.013>
- Setó-Pamies, D., & Papaoikonomou, E. (2020). Sustainable development goals: A powerful framework for embedding ethics, CSR, and sustainability in management education. *Sustainability (Switzerland)*, 12(5). <https://doi.org/10.3390/su12051762>
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2018). Stakeholders' Perspectives on the Role of Regulatory Reform in Integrated Reporting. *Journal of Business Ethics*, 147(3), 489–508. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2954-0>
- UN Global Compact. (2014). *A Guide to Engagement in the United Nations Global Compact*. 42.
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* | Department of Economic and Social Affairs. United Nations General Assembly. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Valmohammadi, C. (2014). Impact of corporate social responsibility practices on organizational performance: An ISO 26000 perspective. *Social Responsibility Journal*, 10(3), 455–479. <https://doi.org/10.1108/SRJ-02-2013-0021>

Anexos

Anexo I: Sumário de Conteúdo da GRI

Sumário de Conteúdo da GRI			
GRI		Informação/Localização	ODS
GRI-102 Conteúdos Gerais			
<u>102-1</u>	<u>Nome da organização</u>	Infraspeak S.A.	
<u>102-2</u>	<u>Atividades, marcas, produtos e serviços</u>	Pág. 3	
<u>102-3</u>	<u>Localização da sede da organização</u>	Pág. 7	
<u>102-4</u>	<u>Localização das operações</u>	Portugal, Espanha, Reino Unido, Brasil	
<u>102-5</u>	<u>Natureza da propriedade e forma jurídica</u>	sociedade anónima	
<u>102-6</u>	<u>Mercados servidos</u>	Nacional e Internacional	
<u>102-7</u>	<u>Dimensão da organização</u>	Pág. 3, 8, 9, 10, 24, 25	
<u>102-8</u>	<u>Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores</u>	Colaboradores: 113= 33 Mulheres e 80 Homens. 39 (20-30); 70 (30-40); 2 (40-50); 2 (+50)	
102-9	Cadeia de fornecedores	Proposto, mas não incluído no RC	
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Não Aplicável	8; 10; 12
102-11	Abordagem ao princípio da precaução	Proposto, mas não incluído no RC	
102-12	Iniciativas externas	Não Aplicável	
102-13	Membros de associações	Espanha - AEM e AEMER / Portugal - APFM	8
Estratégia			
<u>102-14</u>	<u>Mensagem do Presidente</u>	Pág. 6	8;9;11
Ética e Integridade			

102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	Sem Informação	8;9
Governance			
102-18	Estrutura de Governance	Proposto, mas não incluído no RC	
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais	Revisão anual	8; 9; 12; 13
<u>102-35</u>	<u>Políticas de remuneração</u>	Pág. 21, 22	
102-38	Rácio de remuneração anual total	Proposto, mas não incluído no RC	
Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>			
<u>102-40</u>	<u>Lista de stakeholders</u>	Pág. 17	8; 9
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Não existe	
<u>102-42</u>	<u>Identificação e seleção de stakeholders</u>	Pág. 17	
<u>102-43</u>	<u>Abordagem de envolvimento com stakeholders</u>	Pág. 17	
102-44	Principais questões e tópicos levantados pelos stakeholders	Não Aplicável	
Práticas de Relato			
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	BDO	
102-46	Definição do conteúdo do Relatório e dos limites dos tópicos	Pág. 7	
<u>102-47</u>	<u>Lista dos temas materiais</u>	Pág. 22, 23, 24	
102-48	Reformulação de informação	Não Aplicável	
102-49	Alterações no Relatório	Não Aplicável	
102-50	Período de relato	Ano fiscal	

102-51	Data do relatório mais recente	O presente relatório	
102-52	Ciclo de relatórios	anual	
<u>102-53</u>	<u>Contacto para questões sobre o relatório</u>	Pág. 7	
<u>102-54</u>	<u>Indicações relativas às Normas GRI</u>	Este relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI: opção Essencial	
102-55	Índice de correspondência GRI	Proposto, mas não incluído no RC	
102-56	Verificação externa	Não Aplicável	
GRI-103 Formas de Gestão			
<u>103-1</u>	<u>Explicação do tópico material e seu Limite</u>	Pág. 22, 23, 24	
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS			
GRI 201 - Desempenho Económico			
<u>201-1</u>	<u>Valor económico direto gerado e distribuído</u>	Pág. 24, 25	5; 8; 9; 10
<u>201-4</u>	<u>Benefícios financeiros significativos recebidos do governo</u>	Pág. 25	
GRI 202 - Presença no Mercado			
202-1	Rácio entre o salário mais baixo, por género, e o salário mínimo local	Proposto, mas não incluído no RC	1; 5; 8
GRI 203 - Impactos Económicos Indiretos			
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços	Não Aplicável	
GRI 204 - Práticas de Compra			
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Não Aplicável	
GRI 205 - Anticorrupção			

<u>205-2</u>	<u>Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção</u>	Pág. 25	5; 8; 10; 16
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	zero incidentes	
GRI 206 - Concorrência Desleal			
206-1	Ações jurídicas por práticas de concorrência desleal, antitrust e monopólio	Não Aplicável	
GRI 207 - Tributos			
<u>207-1</u>	<u>Abordagem tributária</u>	Pág. 26	5; 8; 9
<u>207-2</u>	<u>Governança fiscal, controlo e risco</u>	Pág. 26	
GRI 300 -DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS			
GRI 301 - Materiais			
301-1	Consumo de materiais por peso e volume	Não Aplicável	
GRI 302 - Energia			
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Proposto, mas não incluído no RC	7; 8; 9; 12; 13
GRI 303 - Água e efluentes			
303-5	Consumo de água	Proposto, mas não incluído no RC	6; 8; 9
GRI 304 - Biodiversidade			
304-1	Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e com alto valor de biodiversidade	Não Aplicável	
304-2	Impactos significativos das atividades produtos e	Não Aplicável	

	serviços sobre a biodiversidade		
304-3	Habitats protegidos ou recuperados	Não Aplicável	
304-4	Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas de espécies de conservação nacional, cujos habitats se encontram em áreas afetadas pelas operações da empresa	Não Aplicável	
GRI 305 -Emissões			
305-1	Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)	Não Aplicável	
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	No Porto Office, a energia elétrica é proveniente 100% de fontes renováveis.	3; 12; 13; 15
305-3	Outras emissões de GEE (Âmbito 3)	Não Aplicável	
305-4	Intensidade emissões de GEE	Não Aplicável	
GRI 306 -Resíduos			
306-1	Geração de Resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Não Aplicável	
GRI 307 - Conformidade Ambiental			
307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não Aplicável	
GRI 308 - Avaliação Ambiental de Fornecedores			
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Não Aplicável	
308-2	Impactes ambientais	Não Aplicável	

	negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas		
GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS			
GRI 401 - Emprego			
<u>401-1</u>	<u>Novas contratações e rotatividade de colaboradores</u>	Pág. 19	4; 5; 8; 10
<u>401-3</u>	<u>Licença parental</u>	Pág. 20	5; 8
GRI 402 - Relações Laborais			
402-1	Períodos mínimos de aviso relativos a mudanças operacionais	30 a 90 dias	8
GRI 403 - Saúde e Segurança Ocupacional			
403-1	Sistema de Gestão de saúde e segurança no trabalho	Sem Informação	3; 8
403-3	Serviços de saúde no trabalho	Sem Informação	3; 8
403-8	Colaboradores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	100%	
403-9	Acidentes de trabalho	Sem Informação	3; 8
GRI 404 - Formação e Educação			
404-3	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Sem Informação	5; 8; 9
GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades			
<u>405-1</u>	<u>Diversidade dos órgãos de governance e dos colaboradores</u>	Pág. 20	5; 8; 9
405-2	Rácio entre o salário base e renumeração da	Proposto, mas não incluído no RC	

	mulher e do homem		
GRI 406 - Não discriminação			
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não Aplicável	
GRI 407 - Liberdade de associação e negociação coletiva			
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Não Aplicável	
GRI 408 - Trabalho Infantil			
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Não Aplicável	
GRI 409 - Trabalho forçado ou Análogo a Escravo			
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo a escravo	Não Aplicável	
GRI 410 - Práticas de Segurança			
410-1	Formação do pessoal de segurança em políticas e procedimentos de Direitos Humanos	Não Aplicável	
GRI 411- Direitos Indígenas			
411-1	Incidentes de violação dos direitos dos povos indígenas	Não Aplicável	
GRI 412 - Avaliação de Direitos Humanos			
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos	Pág. 21	2; 5; 8; 9; 10
GRI 413 - Comunidades Locais			

413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	Sem Informação	1; 5; 8; 9; 10
GRI 414 - Avaliação Social de Fornecedores			
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	Não Aplicável	
GRI 415 - Políticas Públicas			
415-1	Contribuições políticas	Não Aplicável	
GRI 416 - Saúde e Segurança do Cliente			
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços	Não Aplicável	
416-2	Não conformidades relativas aos impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços	Não Aplicável	
GRI 417 - Marketing e Rotulagem			
417-1	Requisitos de informação e rotulagem de produtos e serviços	Não Aplicável	
417-2	Não conformidades relativas à informação e rotulagem de produtos e serviços	Não Aplicável	
417-3	Não conformidades relativas a comunicação de marketing	Não Aplicável	

GRI 418 - Privacidade do Cliente			
418-1	Reclamações fundamentadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Não Aplicável	
GRI 419 - Compliance Socioeconómico			
419-1	Não conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica	Não Aplicável	